



INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TRAJETOS SOCIAIS, HERANÇAS E POSIÇÕES POLÍTICAS: os
usos de recursos sociais nas estratégias de inserção e reprodução de grupos
familiares no espaço político gaúcho

LUCAS SILVEIRA DE MOURA

Porto Alegre, janeiro de 2016.

LUCAS SILVEIRA DE MOURA

TRAJETOS SOCIAIS, HERANÇAS E POSIÇÕES POLÍTICAS:
os usos de recursos sociais nas estratégias de inserção e reprodução de grupos
familiares no espaço político gaúcho

Trabalho de conclusão do Curso de
Bacharelado em Ciências Sociais da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Professor Orientador: Odaci Luiz
Coradini

Porto Alegre, janeiro de 2016.

Não enrubesce de vergonha por merecer tão pouco seu nascimento? Pensa que tem direito de tirar dele alguma vaidade? E o que fez nesse mundo para ser um fidalgo? Acredita que seja suficiente ostentar o nome e as armas, e que nos seja uma glória ser de sangue nobre, quando vivemos como infames? Não, não, o berço não é nada quando não há virtude. Só participamos da glória de nossos antepassados, na medida em que nos esforçamos para nos parecermos com eles. O brilho de seus feitos, derramado sobre nós, nos impõe o dever de honrá-los, de seguir os passos que nos traçaram e de impedir que suas virtudes degenerem, se pretendemos que nos considerem descendentes legítimos.

Molière

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 2 | REFERENCIAIS TEÓRICOS | 10 |
| 3 | APONTAMENTOS METODOLÓGICOS | 20 |
| 4 | A REPRODUÇÃO DE LEGADOS FAMILIARES | 23 |
| 4.1 | Origens Sociais | 24 |
| 4.2 | Trajetos e heranças políticas..... | 33 |
| 5 | ASCENSÃO NO ESPAÇO POLÍTICO: a manutenção de lealdades familiares..... | 49 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 57 |
| 7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 59 |
| 8 | ANEXOS : Declaração de bens e valores: | 64 |

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo analisar os diferentes mecanismos e práticas de reprodução e sucessão de grupos familiares no espaço político do Rio Grande do Sul, mediante a investigação dos recursos de origem, das trajetórias e da posição social atual dos deputados do estado. Assim, a partir de entrevistas realizadas com os familiares e parlamentares estaduais da 54ª legislatura, foram escolhidos como material empírico para a presente pesquisa três “famílias” tidas como elucidativas de diferentes modalidades de inserção e reprodução familiar no espaço social e político do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, busca-se verificar de que forma as diferentes filosofias e lógicas sociais dos deputados se retraduzem nas suas definições e práticas percebidas como pertencentes ao âmbito político.

Parte-se do pressuposto de que tal âmbito não é passível de ser definido a priori: é o resultado de um processo que remete às diferentes origens, trajetórias e modalidades de inserção dos deputados nas distintas esferas sociais, assim como da disputa entre os decorrentes e diferentes princípios de legitimação e hierarquização defendidos pelos agentes em pauta (CORADINI, 2001). Princípios esses que, devido ao universo de análise empírica em questão, não podem ser tomados como produtos diretos das origens e das trajetórias sociais dos deputados, mas sim como expressão da ênfase em determinadas características parciais relacionadas à conquista de adesão de eleitores (idem, 2001) e a manutenção de bases eleitorais relativamente consolidadas ou em busca de consolidação.

Por último, embora sem possibilidades de dissociação do objetivo principal do estudo, coloca-se a questão das condições sociais de participação e de acesso ao espaço político, e, mais especificamente, ao “campo” representativo (BOURDIEU, 2011, pp. 167-210), já que as possibilidades dessa participação são desigualmente distribuídas aos indivíduos e grupos sociais (LAGROYE, 1994). Desse modo, um dos focos da pesquisa recai sobre a posse e a transmissão de recursos familiares - capital econômico, capital cultural e capital social, principalmente - aos deputados estaduais gaúchos da 54ª legislatura. Sendo, assim, importante investigar a influência do espaço familiar e dos recursos que daí decorrem para a formação, a partir de um processo de socialização contínua, de disposições, interesses e afinidades, bem como os usos desses para a legitimação no espaço político gaúcho.

Tendo em vista que a influência das origens familiares não se efetiva a partir de uma determinação direta (BOURDIEU, 1982), cabe atentarmos para outros elementos que compõem uma trajetória biográfica, como, por exemplo, a inserção profissional e os vínculos com espaços de sociabilidade e militância (CORADINI, 2002). Nesse ponto, em decorrência de expansões da escolaridade no país e no estado, torna-se necessário considerarmos a imbricação das trajetórias dos deputados com os usos sociais específicos da formação escolar e com a militância estudantil (ou sua aversão a ela) de modo a verificar as diferentes possibilidades de “atualizar e instrumentalizar novas formas de conceber a política e de pô-la em prática” (idem, 2002).

Tendo em vista que “a verdade de todo mecanismo político está na lógica de sucessão” (BOURDIEU, 2014, p. 322), tem-se, como intuito do trabalho, questionar sobre os recursos, as estratégias e os princípios de legitimação postos em prática no espaço político do Rio Grande do Sul por integrantes de determinados “grupos familiares”. Mais especificamente, trata-se de saber como que, em uma formação social periférica e importadora de ideologias e filosofias sociais (CORADINI, 1997, 1998a, 1998b, 2001, 2003), os deputados estaduais conseguem mobilizar, ao longo do tempo, os recursos de origens e de suas respectivas trajetórias sociais para o uso em um “conjunto de processos e estratégias que, de geração para geração, tendem a assegurar a recondução das vantagens e dos lucros, das exclusões e das coerções, cuja configuração geral define as relações entre grupos dominantes e grupos dominados” (PASSERON, 1995, p. 101). E, mais especificamente, como essas estratégias de seus grupos familiares se relacionam com o próprio processo de reprodução do “campo” representativo do estado.

Nessa perspectiva, mais do que o estudo de determinadas modalidades de ação prática acionadas pelos grupos familiares e pelos deputados estaduais no espaço político, está em pauta também analisar a relação entre as condições de legitimação dessas pelos usos de recursos e de estratégias que são *reconhecidas* tanto pelos “profissionais” políticos quanto pelos “profanos” (BOURDIEU, 2011), ou mais especificamente pelas bases eleitorais dos respectivos deputados (CORADINI 2001). Em última instância, tal estudo busca remontar a problemas sociológicos já formulados por Max Weber (2014), o da natureza e da administração de recursos passíveis de serem utilizados na dominação entre os homens e o das condições de produção da crença na legitimidade de tais práticas que, por princípio, são arbitrárias.

A principal hipótese para o trabalho é de que o aspecto periférico da sociedade gaúcha pressupõe a prevalência do capital social, nas suas mais variadas formas e manifestações de uso, como recurso essencial no processo de seleção prévia, recrutamento e reprodução das “elites” políticas do estado (CORADINI, 1997,1998a, 1998b, 2001). Tem-se, portanto, como hipótese geral, que os patrimônios e as relações que se estabelecem tanto no interior dos grupos familiares, quanto por intermédio desses, foram e permanecem sendo fundamentais para o êxito das trajetórias sociais dos atuais deputados estaduais, seja nos trabalhos pedagógicos primários que inculcam disposições em conformidade com a *ilusão* (BOURDIEU, 1982, 1998) existente no espaço político, na consolidação e na atualização de laços de amizade e vínculos regidos por lógicas de reciprocidade no decorrer da inserção em diferentes esferas sociais, seja na gestão das heranças familiares no próprio espaço representativo.

O trabalho parte, assim, do pressuposto de que enfatizar um suposto aspecto “especializado e independente do sistema político” - que devido ao fato de estar socialmente objetivado e simbolizado “nos procedimentos e regras institucionais” (BOURDIEU, 1982) das instituições “representativas” possui condições de se auto referenciar como sendo a “política” legítima - não consegue abranger o fato de que diferentes sociedades possuem múltiplos princípios de hierarquização e legitimação que resultam em diversos princípios práticos de ação junto à realidade social e política. A transposição, portanto, de uma concepção normativa para o escopo das pesquisas na área de Ciências Sociais produz um efeito que relega ao segundo plano, quando não há a sua completa negação, concepções de ação e estruturação da realidade social que não aqueles vinculados às “instituições modernas” (as instituições da “democracia representativa”, o Estado e o mercado etc., todos mantenedores do princípio da impessoalidade).

Portanto, o que deve ser colocado, de forma prévia, no cerne da questão é a negação de uma ontologia social cujo pressuposto é a natureza de uma lógica imanente das condutas sociais (WACQUANT & CALHOUN, 1991). Ou seja, o que está em jogo é a própria definição epistemológica de uma ciência social que pretende dar conta da ação e da estrutura social nas suas mais diversas manifestações sociais e históricas, e não somente inferir a universalização de práticas específicas como, por exemplo, aquelas existentes nas economias liberais (idem, 1991).

É, dessa forma, que se deve atentar para o fato de que a sociedade brasileira e gaúcha possui, como parte “estrutural do conjunto de princípios de legitimação”, o polo da consagração social que, mediado por relações sociais com base na reciprocidade, caracteriza e fornece o principal critério de recrutamento das “elites”, assim como no fato de que “o grupo familiar constitui o nível mais imediato para o estabelecimento destas relações de reciprocidade, [ou seja] a condição inicial da acumulação de capital social.” (CORADINI, 1997, p. 435). Portanto, as lógicas particularistas e personificadas expressas nas práticas e nos vínculos de reciprocidade e parentesco que são mobilizadas pelos deputados estaduais em análise não serão referidas com base em premissas intelectuais historicamente¹ datadas que as classificam como resquícios tradicionais e arcaicos que sobrevivem em universos “locais” restritos; mas sim como gramáticas legítimas na dinâmica do espaço político brasileiro.

Como trabalhos recentes confirmam, a mobilização por parlamentares de recursos sociais oriundos de patrimônios materiais e simbólicos de grupos familiares ou do capital de relações sociais, assim como o uso desses recursos para a legitimação e o gerenciamento de capitais políticos, não se constituem como práticas estranhas à dinâmica política no mais alto nível da federação (VASCONCELOS, 2015). Como demonstra também Lima (2012), as estratégias familiares de reprodução da sua posição social de dominação em um plano “local” incluem muitas vezes estratégias que visam situa-las simultaneamente nos mais diversos níveis e esferas do espaço social brasileiro, sendo a divisão do trabalho político especializado um dos principais mecanismos de êxito da empresa familiar.

Ainda assim, cabe atentarmos para as condições que os deputados possuem de inserção em diferentes esferas sociais, o que remete ao aspecto multidimensional do espaço social e, por conseguinte, à multiplicidade de posições em que um mesmo indivíduo pode se situar, em decorrência da sua estrutura e quantidade de capitais (BOURDIEU, 2011). Desse modo, a inserção nessas esferas sociais, autoriza que os parlamentares acionem em seus

¹ Coradini (1997) atenta para o aspecto histórico das críticas existentes no senso comum compartilhado pelos intelectuais - “no sentido brasileiro” qualificado por Pécaut, (1990) – ao coronelismo, à politicagem, etc., ou seja, às formas de exercício da política eleitoral tidas como tradicionais”. (CORADINI, 1997, p. 452). Grill (2013), mostra ainda que quando há a referência estigmatizante à essas práticas, tais “etiquetagens” assumem uma relevância estratégica de acordo com as condições conjunturais, ou seja “são mobilizadas ao sabor das clivagens efêmeras que se fazem, desfazem e refazem constantemente” (GRILL, 2013, p. 136)

trajetos os variados recursos sociais acumulados a partir dessas expansões de suas relações sociais.

No caso dos familiares e dos deputados analisados no presente trabalho, leva-se em consideração as vinculações com “igrejas”, os “sindicatos”, os “movimentos sociais”, a “política estudantil” – ou sua aversão a ela -, o exercício em “cargos públicos” e na “iniciativa privada”, etc. Destaca-se, porém, que não é propriamente a vinculação com determinados grupos da igreja e com determinados sindicatos ou “movimentos sociais” em si que é o mais relevante para a atual pesquisa, mas as modalidades em que ocorrem tais vínculos e tais utilizações “políticas”. De modo mais específico, o importante é o modo como eles se relacionam, como se conjugam com determinadas condições sociais prévias e com as variadas esferas sociais nas quais o indivíduo está inserido e de que forma contribuem para reconversão desses recursos em trunfos passíveis de serem utilizados eleitoralmente, assim como para a afirmação de certos princípios de visão e divisão do mundo social; além de ser importante analisar como é produzida a eficácia do uso desses vínculos ao longo das trajetórias sociais e políticas e de que modo são utilizados na reconstrução biográfica que impõe posteriormente um sentido social aos respectivos vínculos passados, de forma a legitimar determinadas práticas e concepções de um ordenamento social.

Em um primeiro momento, o trabalho apresenta as considerações teóricas, conceituais e metodológicas que pretendem ser relevantes para a pesquisa. Após, irá procurar analisar os recursos herdados e adquiridos por três deputados estaduais – Sérgio Turra, Edegar Pretto e João Reinelli - e as condições de seus usos ao longo de seus trajetos sociais de modo a verificar como é possível dispor de forma legítima de estratégias de reprodução no espaço político do Rio Grande do Sul.

Cabe salientar, então, de forma prévia, que dois dos deputados analisados são filhos de pais que alcançaram cargos como o de ministro e de deputado federal. Embora muito díspares entre si, os deputados estaduais têm em comum o uso dos legados simbólicos de seus pais, embora em bases diferentes. Um deles, Edegar Pretto, já em seu segundo mandato como deputado estadual, busca reatualizar as relações construídas pelo seu pai quando ele ainda era vivo. O outro, Sérgio Turra, usufrui do legado em contínua produção pelo seu pai, de modo que há uma atuação em conjunto entre os dois de forma a obter sucesso na reprodução de suas posições sociais e políticas. Devido ao fato de que há uma maior quantidade de informação sobre os antecedentes desses dois primeiros deputados, o trabalho destinará uma breve análise

da trajetória de suas famílias, principalmente de seus pais. O terceiro, João Reinelli, possui uma família cujos vínculos com a política remontam ao período da Primeira República. Porém, a inserção dessa no espaço político do estado estava restringida à sua “região”, mais especificamente Nova Prata e pequenos municípios ao redor dessa cidade. A sua entrada no parlamento gaúcho mostra, assim, a possibilidade de manutenção de relações familiares e lealdades prévias, assim como do uso eleitoral da reconversão bem-sucedida de critérios de apreciação social em princípios de hierarquização política.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nesse momento, busca-se apresentar alguns referenciais teóricos basilares que estão presentes no trabalho. Como já foi mencionado de forma breve na introdução, o ordenamento social extra-ocidental em que estão inscritos os deputados estaduais em análise se configura pelo seu aspecto periférico e pelas suas “dinâmicas órfãs”. A formação dessas sociedades se constitui a partir de processos constantes de importação de instituições e filosofias produzidas em contextos ocidentais e por diferentes lógicas sociais (HERMET & BADIE, 1993, pp. 180-209). Desse modo, em tais sociedades, há uma congruência entre arranjos institucionais segmentados que atuam a partir de objetivos únicos e certas organizações e práticas que se estabelecem em uma atuação polivalente, sendo o grupo familiar um referencial importante para suprir “necessidades de pequena escala”, para orientar estratégias de “amizade instrumental” e de matrimônio fora no núcleo familiar, assim como para fornecer identidades que transcendem o indivíduo e o tempo presente (WOLF, 1990).

Cabe destacar ainda que o estudo de formações sociais periféricas não comporta a importação direta de determinadas produções teóricas e metodológicas produzidas em contextos centrais (CORADINI, 2003). Esse é o caso da dificuldade de manejo do conceito de “campo” (BOURDIEU, 2011), já que esses são espaços que por definição decorrem da produção paulatina de sua diferenciação interna, de sua autonomia e de seus princípios de hierarquização próprios. Tendo em vista que esses são efeitos sociais não encontrados nas sociedades periféricas, no estudo em pauta, portanto, será utilizado para fins analíticos o conceito de espaço social como

Um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição de seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (BOURDIEU, 2011, pp. 137-138).

Diferentemente de outros contextos sociais já estudados onde as relações de dominação estão mais dependentes de mecanismos objetivos que instauram “relações

duradouras de dominação, mas também a dissimulação dessas relações” (BOURDIEU, 2001, p. 201)², a sociedade em análise é caracterizada pela inexistência de um *mercado unificado* que garanta a efetividade de uma equivalência entre as *credentials* e as “*posições permanentes* independentes dos indivíduos biológicos reivindicados por elas e suscetíveis de serem ocupadas por agentes biologicamente diferentes, embora intercambiáveis, em relação aos diplomas que deverão possuir” (BOURDIEU, 2001 pp. 197-199).

Na sociedade gaúcha, é característico o fato de que, embora esteja inserida junto a certas relações de dominação mediadas por mecanismos objetivados - já que se encontra entre dois extremos de modos de dominação que jamais são plenamente vigentes - logo, reprodutores de distribuição de recursos materiais e simbólicos diferenciados (BOURDIEU, 2001, p. 197), a estruturação de suas relações de dominação ocorrem a partir de estratégias continuamente renovadas de criação e recriação dos vínculos pessoais de dependência, sejam eles éticos, afetivos, sejam oriundos de relações de fidelidade com base em pactos de honra; ou seja, sempre a partir de um trabalho de denegação prática e eufemização dos interesses objetivos³ (BOURDIEU, 2001, pp. 210-212). Consequentemente, é nesse sentido que os princípios de legitimação e hierarquização são “decorrentes não tanto do capital escolar, mas, sobretudo, da origem, da posição social e suas respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural, etc.)”, e as “estratégias dos agentes estão voltadas para a acumulação do capital simbólico personificado, condição de garantia das demais formas de capitais” (CORADINI, 1997, pp. 426-428). Por capital simbólico se compreende “um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 2014b, p. 150). Mais especificamente:

[...] uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebido pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entende-los (percebe-los) e reconhece-las, atribuindo-lhes valor.[...] Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através de categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões

² Ver Bourdieu & Boltanski (1998, p. 144)

³ Bourdieu (2014b), explora as relações de reciprocidade e a contradição e convivência inerente entre verdade subjetiva e realidade objetiva que estrutura a economia de bens simbólicos. A mentira coletiva ou o desconhecimento coletivo, “cujo fundamento se inscreve nas estruturas objetivas (a lógica da honra, que comanda todas as trocas - de palavras, de mulheres, de homicídios, etc.) e nas estruturas mentais, excluindo a possibilidade de pensar e de agir de outro modo”, “orienta o trabalho conjunto de recalque entre os dois trocadores da dádiva na sua relação com o “tempo interposto” que, por sua vez, mantém implícita a verdade objetiva das relações de troca” (BOURDIEU, 2014b, pp. 159-165).

ou das oposições inscritas na estrutura de distribuição desse tipo de capital” (BOURDIEU, 2014b, p. 107).

A constatação da posse de recursos sociais personificados remete às condições de uso de determinados modos legítimos de dominação na sociedade em pauta. Coradini (1998) atenta para o fato de que, nas disputas políticas no Rio Grande do Sul, há o predomínio da dominação carismática, já que existe uma vinculação entre o dever do reconhecimento por parte do grupo das qualidades “extra-ordinárias” do “herói” e uma concepção de política definida como “criadora do sentido”, de modo que, “na medida em que esta instância é fundadora da instauração do sentido da ordem social, seus agentes, evidentemente, têm todas as condições para ascender a condições de “doadores” e instauradores dessa ordem, o que os remete à ordem do transcendente ou sagrado” (CORADINI, 1998, p. 231). Mas, nessas condições fundamentadas pelo princípio de legitimação carismática, abre-se a possibilidade de disputa política pela “herança” carismática dos “heróis” com vistas à legitimação política (*idem*, 1998, p. 232). Nesse mesmo sentido:

Para os herdeiros a possibilidade de encarnação do carisma e vinculação com o “fundador”, a “referência mítica”, e com o “passado comum” se localiza na comprovação da posse de atributos, de biografias e posicionamentos que manifestem a sua proximidade e sua associação, no sentido de vínculo pessoal, de dedicação à “causa comum”, de compromisso com o “legado” e de fidelidade aos “princípios”. (GRILL, 2004, p. 164).

Sendo assim, ainda que a família não possua exclusividade no estudo em pauta, já que outros recursos adquiridos ao longo do trajeto biográfico dos deputados são também importantes, a constatação de tais características traz para o plano de análise a atuação exercida pelos integrantes do grupo familiar⁴ no espaço social e político do estado, já que o gerenciamento do “conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumulados pelo ‘grupo familiar’” se constituem como um importante patrimônio político (GRILL, 2012, p. 36). Mais do que ser um mecanismo de transmissão de carismas, a família é a mantenedora e transmissora de privilégios tanto simbólicos quanto materiais:

Família é um privilégio simbólico. Lucro simbólico da normalidade. Esse privilégio é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e de transmissão de

⁴ Cabe ressaltar aqui que o intuito não é fazer referência a “família” como uma coletividade reificada e substancializada. Como adverte Grill ao lembrar Norbert Elias: “Instituições, rótulos, coletividades e relações de poder são antropomorfizadas, substancializadas e personificadas, ao invés de serem concebidas como produtos das cadeias de interdependências, do caráter simbólico da dominação e dos processos coletivos (ELIAS, 1999)” (GRILL, 2013, p. 136)

privilégios, econômicos, culturais, simbólicos. De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2014b, p. 131).

Como já foi salientado, em sociedades cujos princípios estruturantes das relações de dominação são aqueles vinculados à valorização dos capitais simbólicos personalizados, principalmente oriundos do capital social⁵ (apresentado em suas diferentes modalidades, sobretudo a partir das relações de reciprocidade), a inserção e uso do nome familiar constitui o principal recurso simbólico hereditário. Como consequência, a família, vista como “corpo” e “sujeito” coletivo que sustenta patrimônios materiais e simbólicos, põe em prática um conjunto de estratégias⁶ políticas de conservação e de reprodução que formam um sistema, tendo em vista que elas requerem estratégias variadas e interdependentes entre si, como aquelas vinculadas à fertilidade, a educação, a manutenção ou investimentos econômicos⁷.

Diferentemente do que se pode supor, os grupos familiares não se constituem como um grupo real necessariamente homogêneo, com os mesmos interesses e destituído de conflitos e rupturas em seu interior. Pelo contrário, a família se caracteriza por ser um grupo marcado por forças de fusão e forças de fissão (BOURDIEU, 2014b, p. 132). A implicação que resulta do aspecto não homogêneo dos grupos familiares é o que remete às condições sociais de inculcação de disposições que visam construir o herdeiro como favorável ao

⁵ Embora não destituído de limitações (CORADINI, 1997), entende-se por capital social “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõe o reconhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 1998, p. 75).

⁶ Por estratégias, entende-se uma “sequência de ação ordenadas em relação a um fim, sem que tenham como princípio o fim objetivamente atingido, sem que o fim objetivamente atingido seja explicitamente colocado como fim de ação” (BOURDIEU, 2014^a, pp. 320-32).

⁷ Ver Bourdieu (2014, p. 315-316)

recebimento da herança, e assim diminuir as incertezas existentes na “família” sobre as expectativas de conservação e aumento da sua posição social. Quando os processos de transmissão de heranças familiares e a de construção de disposições favoráveis ao recebimento estão acomodadas de maneira favorável a reprodução social da família, há grandes possibilidades de que o herdeiro se sinta como que vocacionado para cumprir as exigências que são impostas a ele em decorrência de sua posição social, ou seja, há uma “adesão antecipada ao destino objetivo que é imposto pela referência prática à trajetória modal na classe de origem” (BOURDIEU, 2006, p. 104).

Nesses casos, os grupos familiares possuem todas as condições para porem em prática estratégias de reprodução vistas como sentido de jogo⁸. Os estudos sobre grupos familiares no Rio Grande do Sul mostram o papel que essas estratégias possuem para o reconhecimento de vocações políticas de herdeiros familiares:

Trata-se de mecanismos de interiorização individual dos “projetos familiares”. O trabalho de memória familiar, a aquisição de uma familiaridade com os lugares e com as linguagens do espaço político e a construção de uma identidade social (auto-estima do grupo familiar), são resultados de um longo trabalho de conversão de imperativos ligados às estratégias globais de reprodução de um grupo familiar em uma ideia de “vocação pessoal” (GRILL, 2004, p. 166)

As mais variadas estratégias de reprodução familiar, portanto, se mantiveram presente ao longo dos processos históricos do estado gaúcho, principalmente aqueles vinculados à expansão escolar e à emergência de *mediadores* (GRILL, 2012) provenientes de grupos étnicos imigrantes, que alteraram a composição da estrutura social do estado, sendo a estrutura social definida aqui como um “sistema de separações (econômicas, políticas, simbólicas) entre grupos” (PASSERRON, 1995, p. 114). Entretanto, não persistiram os padrões de acesso, recrutamento e afirmação de “elites” junto ao espaço político. Como mostra Coradini (1998; 2001; 2003) e Grill (2004; 2007; 2012), o relativo declínio de determinados grupos e a emergência de novos segmentos sociais no espaço social dominante acarretam na afirmação de distintos esquemas de percepção e princípios de visão e divisão da realidade social e conduzem a outras modalidades de ação prática. Ambos acionam junto aos

⁸ “O tema das estratégias não é uma consciência que apresente explicitamente os seus fins nem um mecanismo inconsciente, mas um sentido de jogo: um sentido prático, guiado por um habitus, por disposições a jogar não segundo as regras, mas segundo regularidades implícitas de um jogo em que estamos imersos desde a mais tenra infância” (BOURDIEU, 2014a, p. 321)

agentes sociais, por um lado, a necessidade de transferência e realocação de investimentos e, por outro, a afirmação de novas estratégias de apresentação e representação de vocações políticas, adequando-se, assim, às atualizações dos princípios de hierarquização e legitimação social que se impuseram como vigentes.

Os processos de diversificação social em uma determinada estrutura histórica, no entanto, não produzem uma incompatibilidade intrínseca e imediata entre os diferentes princípios de diferenciação contidos na sociedade e as identidades práticas dos respectivos segmentos sociais, havendo, então, a perpetuação de diferentes referenciais simbólicos. Para o que tange o contexto atual da pesquisa e como será analisado no decorrer dela, vale lembrar que, embora haja a convivência, não raro conflitiva, entre os diferentes princípios de hierarquização e divisão do mundo social, há a permanência de uma adesão quanto aos limites das regularidades do jogo no espaço político.

Portanto, levar em consideração dinâmicas sociais históricas, como as mudanças de configuração da estrutura social, do padrão de recrutamento político e dos movimentos que marcam a situação de ascensão ou declínio de determinados grupos familiares é essencial para a compreensão dos percursos e dos recursos sociais mobilizados, assim como da amplitude de reconversões possíveis e das condições de tomada de posições que um herdeiro realiza no decorrer do seu trajeto social (CORADINI, 2003). Somente assim, ao se tomar como referência as condições históricas específicas que se pode compreender as condições sociais de inscrição e perpetuação de grupos familiares e de suas respectivas “lideranças” no espaço político gaúcho. Para as constatações expostas no presente estudo, portanto, faz-se necessário que tenhamos como pressuposto a impossibilidade de dissociação das trajetórias familiares e individuais dos deputados estaduais em questão.

Nesse sentido, deve-se levar em conta que a influência das origens familiares não se efetiva a partir de uma determinação direta, mas sim a partir da contínua “retradução e retransmissão de determinismos primários”, os quais são reatualizados em decorrência da “ação sistemática de uma constelação singular de fatores” (BOURDIEU, 1982, p. 99). Assim, está em jogo também a reflexão teórica e a pesquisa empírica sobre a relação entre as diversas modalidades de inserção dos deputados em diferentes esferas sociais (espaço estudantil, profissional, associativo, etc) ao longo de seus trajetos sociais. É importante ressaltar que não remetemos o trajeto social ao sentido de “história de vida”, ou de biografia, com seus percursos unidirecionais com sentido de inevitabilidade. Pressupor tal sentido ao termo seria

cair no senso comum difundido da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2014b). Portanto, para a viabilização do trabalho, tomamos a utilização do conceito de “trajeto social”⁹ como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes (Idem, 2014b, p. 81).

Tendo em vista que a pesquisa em pauta está muito respaldada em entrevistas, há uma necessidade de se atentar para duas questões que permearão a análise dos recursos mobilizados no decorrer da trajetória dos deputados estaduais em questão. A primeira remete à necessidade de pensar as múltiplas possibilidades de produções de narrativas e apresentações das trajetórias conforme a “qualidade social do mercado no qual será apresentada”, isto é, das próprias condições objetivas da entrevista. A segunda provém do fato de que o pesquisador deverá estar atento para as referências dos deputados estaduais que procuram, a partir de uma narrativa linear e totalizante da vida, retratar uma coerência lógica de um projeto como “expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, ou seja, que procuram demonstrar o aspecto de inevitabilidade a respeito de suas próprias trajetórias, já que a possibilidade de uma visão retrospectiva busca tornar coerente as suas vidas, de modo que elas se apresentem como um conjunto de “etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2014, pp. 74-75).

Estar vigilante a tais fatos não autoriza que o pesquisador possa se colocar como aquele que desvela uma “verdade”. Muito pelo contrário, se distanciando da ingenuidade daquele que pensa ter descoberto o que ocorre “atrás da cortina”, o pesquisador e a presente pesquisa busca ver justamente as condições de produção dessas auto-apresentações, assim como a possibilidade de acumular recompensas devido aos ganhos oriundos de suas eficácias simbólicas. Ou seja, a vigilância frente a análise de materiais biográficos ou autobiográficos adquire resultados mais efetivos se ela evitar tomar as representações contidas nessas produções como expressão do real e buscar ver nelas uma

porta de entrada para a explicitação do jogo inter-relacional das representações, posições, predisposições, recursos utilizados e ações dos agentes considerados, bem

⁹ Tentar compreendê-lo como “alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado.” (BOURDIEU, 2014b, p. 82) seria cair no equívoco de pressupor a existência no espaço social gaúcho de condições análogas ou similares ao contexto ocidental

como para o desvelamento dos respectivos princípios subjacentes e que só serão encontrados por detrás do sentido manifesto destas e nestas mitografias. (GRIJÓ, 2008, p. 87).

Sendo assim, tendo em vista que os recursos sociais dos deputados não se restringem somente aqueles oriundos de suas condições sociais de origens, mas também decorrem das possibilidades de inserção em diversas esferas sociais e das condições de uso dos recursos que elas disponibilizam ao longo dos trajetos sociais, cabe atentarmos para o modo em que esses recursos se legitimam frente a instâncias de apreciação, como as bases eleitorais dos respectivos deputados, assim como frente aos próprios “profissionais” do “campo” representativo.

Nesse caso, mais que os problemas relativos à formação de “elites”, seu recrutamento e seleção ou, então, suas relações com a estrutura do poder político e processos decisórios, a sociografia tem como principal objetivo a busca da compreensão de eventuais relações entre origens e trajetórias sociais e princípios de legitimação usados para ingressar em atividades e ocupações de cargos públicos. Portanto, o problema central deste trabalho está mais diretamente relacionado às condições e lógicas sociais do recrutamento que às tomadas de posição (CORADINI, 2001, p. 9)

Devido ao fato de que todas as ações postas em prática na esfera política são necessariamente dependentes das condições de sua legitimidade (CORADINI, 2001), mais do que a própria condição de origem e a inserção em determinadas esferas sociais e o acúmulo dos decorrentes trunfos sociais, o problema da pesquisa atual está em verificar os recursos que são priorizados pelos parlamentares quando esses se relacionam com suas bases eleitorais, já que a especificidade desses possuem as condições de gerar dividendos políticos. De modo mais específico, o estudo analisa como os deputados estaduais colocam em prática “estratégias de legitimação dos recursos acumulados dentro e fora da política por meio das definições legítimas de política que os agentes procuram impor (GRILL, 2013, p. 138). Portanto, nesse sentido, está a própria condição de produção de princípios de legitimação reconhecidos no pólo eleitoral das disputas políticas, assim como na concomitante produção de filosofias e lógicas sociais decorrente de determinados princípios de visão e divisão do mundo social (BOURDIEU, 2011)

Se, por um lado, esses indicadores servem inclusive como medida de posição social, por outro, interessa também que se compreenda as condições de sua reconversão em recursos eleitorais e o significado que podem adquirir nessa esfera. Isso, necessariamente, induz a alguns aparentes paradoxos, na medida em que essa utilização de características e recursos sociais comporta, sempre, uma “transfiguração” (Gaxie et al., 1990), através de um processo de imposição de determinados princípios de classificação e sua generalização. Em outras palavras,

não é a condição de pertencer a determinada unidade geográfica, profissão, condição social ou a outra classificação qualquer que está em pauta, mas sim os códigos culturais e políticos que informam e dão sentido a essa interpretação eleitoralmente interessada daquelas classificações. Assim, a própria utilização dessas classificações para a legitimação de pretensões políticas funciona, simultaneamente, como adesão a uma suposta identidade com os eleitores em potencial e como negação dessa condição. (CORADINI, 2001, p. 10).

No caso da presente pesquisa, os deputados estaduais se caracterizam pelo trânsito em diferentes esferas sociais, como em “igrejas”, “movimentos sociais”, “setor privado”, “cargos públicos”, etc. Portanto, a possibilidade de dispor de recursos e princípios de legitimação é variada. Ainda assim, o entendimento dessas inserções só passa a possuir sentido se elas estiverem relacionadas com determinadas condições prévias ou com o aspecto multiposicional da sua posição social, logo com as condições dos deputados de estarem vinculados à diversas esferas de modo concomitante

Cabe lembrar, portanto, que o aspecto multidimensional da realidade social assume características específicas nas sociedades periféricas, já que em decorrência da existência de uma estrutura social não segmentada em campos relativamente autônomos, há sempre a possibilidade de que nossas “elites”¹⁰ – entendidas aqui como aqueles agentes sociais que possuem relacionalmente maiores e melhores recursos e condições de acesso ao espaço social de dominação –, estejam em ascensão social ou em declínio, possam colocar em prática estratégias de aliança (em suas modalidades mais diversas) ou de ruptura de trajetórias para assim se inscreverem nos diferentes espaços sociais, reafirmando e mobilizando a permanência de seus *ethos*, de determinados capitais e do uso de uma amálgama de lógicas de ação nas diversas relações sociais (CORADINI, 2003)

Sendo assim, o objetivo de salientar a relevância dos grupos familiares e das condições de dispor de variados recursos sociais para a reprodução do espaço de dominação político tem como intenção mostrar o quanto, em uma sociedade periférica e hierarquicamente estruturada

¹⁰ O estudo preocupa-se mais em investigar os recursos e espaços sociais do que o debate sobre a definição de elites. Cabe, ainda assim, mencionar a definição de Giovanni Busino e Christophe Charle contidas em Saint Martin (2008). Quanto aos comentários da autora do artigo: “O sociólogo estuda as diferentes definições em questão, assim como os conflitos em torno dessas definições, as lutas pelo reconhecimento como dirigentes ou padrões, por exemplo, ou, às vezes, ao contrário, para não ser considerado como parte das elites ou detentor do poder” (SAINT-MARTIN, 2008, p. 48).

como a nossa, o processo de seleção e recrutamento dos agentes políticos não ocorrem em arenas eleitorais supostamente livres, mas em situações históricas em que está em jogo “um conjunto muito complexo de relações e recursos sociais que podem possibilitar ou impedir as chances, dentre os quais a ocupação de cargos constitui apenas um dos componentes, somente acessível para os que já dispõem de algumas condições prévias” (CORADINI, 1998b, p. 99). Nesse sentido, os deputados em análise são a expressão de uma seleção e de um recrutamento político prévio à suas inserções nas disputas eleitorais, sendo a posse de recursos sociais obtidos através de heranças e de suas inscrições em espaços sociais diferenciados os principais trunfos a serem reconvertidos, em relação com seus séquitos, em capital político¹¹ e, assim, mobilizados especificamente nas disputas eleitorais (CORADINI, 1998, p. 99).

¹¹ O capital político “é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. [...] força objetiva que pode ser objetivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que faz a simbólica do poder, tronos, ceptros e coroas), produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência”. (BOURDIEU, 2011, p. 193).

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, cabe ter como pressuposto básico nessa pesquisa a tentativa de não sucumbir a uma análise de “passividade empirista”, ou seja, deixar-se fazer crer naquilo que se configura como sendo o “produto do trabalho social de construção da realidade social”, logo buscar não cair nos próprios princípios dos objetos pré-construídos e não objetivados (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, tendo em vista a utilização de fontes de pesquisa que possuem caráter biográfico e autobiográfico, o presente estudo tomará tais fontes não como dados empíricos que se encerram em si mesmos, mas como elementos pertinentes para a construção do objeto em pauta e, logo, relevantes para a produção de dados mais factíveis. Em última instância, o estudo pressupõe a inexistência de uma separação entre “metodologia” e “teoria”.

Mais do que a simples utilização de “técnicas” de coleta de dados, a obtenção de informações, sejam elas decorrentes do principal material utilizado na pesquisa, no caso as entrevistas, sejam elas oriundas da coleta de informações sobre campanha eleitorais, panfletos partidários, publicações hagiográficas em geral, etc, busca-se levar em consideração as razões de ser desses materiais, assim como as condições objetivas de suas produções. No que tange as entrevistas realizadas, toma-se em consideração não só a distância objetiva existente entre o entrevistador e o entrevistado, mas também as condições de produção da fala dos segundos.

Foram tecidas, portanto, considerações prévias em todas as análises de trajetória dos deputados estaduais, de modo a situar os aspectos relevantes de sua posição social e dos elementos que estiveram presentes no contexto de entrevista. Nesse sentido, está posto o problema da relação entre origens, trajetórias e posição atual dos deputados estaduais e do entrevistador, mas também aspectos contextuais das disputas políticas no estado e na federação. É desse modo que também se compreende a diferença entre as condições de entrevista de um deputado eleito pela primeira vez e com pouquíssimos votos para o cargo de deputado estadual daquele que conseguiu o seu segundo mandato sendo o mais votado dentro do seu partido. Como já foi mostrado em outros estudos, o percurso vivido é produzido sempre em decorrência das condições e dos interesses que a atual posição social do entrevistado demanda.

Se um relato autobiográfico pode ser creditado como de pouca verdade, é menos pela referência à realidade passada dos fatos narrados que por referência à realidade presente de uma apresentação de si preocupada em articular eventos passados e de os colocar em relato, de os conferir um sentido (GRILL, 2004 *apud* LE BART, 1995, p.165)

Sendo assim, cabe a especificação de alguns procedimentos utilizados para a coleta do material que foi posteriormente analisado. A escolha do universo de pesquisa encontra sua justificativa na intenção de compreender alguns dos diferentes trajetos e diferentes modalidades de usos dos recursos herdados e adquiridos pelos atuais deputados em análise e, assim, poder examinar as estratégias postas em prática pelos seus respectivos grupos familiares. Entretanto, importante ressaltar, que a decisão de utilizar como principal fonte de pesquisa as entrevistas com os deputados estaduais acarreta na perda de compreensão da relação dos deputados estaduais com os diversos clãs e facções de seus respectivos redutos eleitorais, ou seja, elementos importantes para que se entenda o aspecto relacional em que se constituem as suas respectivas posições sociais.

Para a operacionalização da pesquisa, foram realizadas de forma prévia entrevistas com 15, dentre os 55, atuais deputados com mandatos, e mais 3 entrevistas com integrantes familiares - no caso, dois pais e um primo. Das entrevistas realizadas, foram escolhidas para as análises aquelas de Sérgio Turra, Francisco Turra, Edegar Pretto e João Reinelli. A razão para essa escolha foi de analisar as entrevistas de deputados com diferentes modalidades de entrada, trajetos e recursos sociais acionados junto ao processo de inserção e reprodução familiar no espaço político e, mais especificamente, o representativo do Rio Grande do Sul. Após, na análise das entrevistas o trabalho procurou estudar a explicitação ou o aparecimento subjacente dos recursos sociais mobilizados ao longo dessas trajetórias e as condições objetivas de produção dos respectivos princípios de legitimação postos em prática. Tal fato pressupõe considerar as representações oficiais dos representantes como expressão de suas concepções políticas e dos fundamentos reais das práticas que em sua eficácia garantem aos deputados lucros simbólicos que os legitimam, cabendo, então, construí-las como objeto de estudo sociológico (BOURDIEU, 2014b).

As entrevistas¹² foram semi-estruturadas e focadas, ou seja, orientadas por determinados tópicos escolhidos pelo pesquisador. Os tópicos eram: origens familiares, questionamento sobre as ocupações profissionais, religiões e escolaridade de seus familiares; trajetória educacional e trajetória política. No entanto, isso não significa que as entrevistas se limitaram a perguntas com base nesses três tópicos. Pelo contrário: subjacente aos questionamentos sobre os elementos prioritários para a pesquisa, a tentativa do entrevistador foi a de explorar ao máximo uma entrevista não dirigida e incentivar uma postura “não oficial”¹³ dos deputados, de modo a trazer de forma mais clara as redes de relações sociais e os respectivos recursos mobilizados no decorrer de seu trajeto social.

Os usos de outros materiais empíricos estiveram subordinados a disponibilidade de material encontrado para cada deputado estadual em análise. Nesse ponto, cabe apontarmos que o fato de haver menor disponibilidade de informações para determinado parlamentar, antes de ser considerado um empecilho para a pesquisa, se torna um indicador da posição social do grupo familiar e/ou dos investimentos de consagração social que a família pode mobilizar. No caso dos materiais hagiográficos da família Pretto, foi possível contar com um material específico: a publicação pela Câmara dos Deputados de um livro inscrito na coletânea “Perfis Parlamentares” sobre o deputado federal Adão Pretto, pai do deputado estadual Edegar Pretto. Ou seja, nesse caso se buscou levar em consideração registros “aparentemente distantes”, alguns de cunho mais impessoal e institucional e outros com relatos mais pessoais, de modo a demonstrar a complementariedade dessas múltiplas “dimensões de notabilização” (GRILL, 2015, p. 24).

¹² O roteiro de entrevista proposto por Lima (2012) foi de grande ajuda para a formulação e para o direcionamento das entrevistas realizadas no presente trabalho.

¹³ Isso, no entanto, não equivale a pressupor que o pesquisador possa “descortinar” o real, mas que, vigilante às representações oficiais, se atenha às condições de sua produção e aos usos e eficácias que elas produzem.

4 A REPRODUÇÃO DE LEGADOS FAMILIARES

Nesse capítulo se analisa duas trajetórias sociais que possuem como trunfo social e eleitoral a reatualização de determinados patrimônios materiais e simbólicos oriundos de heranças familiares. Ambos deputados estaduais em análise possuem antecedentes e atuais familiares inseridos nas mais diversas posições que o espaço social e político comporta. Entretanto, tais deputados estaduais são expressão de padrões diversificados de acesso ao “campo” representativo, já que possuem muitas disparidades em relação às suas posições sociais de origem, às suas trajetórias e, conseqüentemente, aos seus princípios de legitimação apresentados na defesa de suas atuações “políticas”. Nesse sentido, o intuito do atual capítulo é o de expor o aspecto multiposicional dos indivíduos em pauta – a partir de referências às inserções em diferentes esferas e aos seus respectivos diversos recursos adquiridos no decorrer de suas trajetórias -, e constatar, nas heranças e nos trunfos familiares, um de seus principais recursos eleitorais.

O primeiro caso refere-se ao atual deputado estadual Edegar Pretto. O quarto filho de Adão Pretto (1945-2009) nasceu em uma localidade rural situada a 22km da cidade de Miraguaí-RS no ano de 1971. Filho e neto de “pequenos agricultores” com baixas condições sociais e econômicas do norte do estado, Edegar Pretto se situa junto ao processo de relativa ascensão social familiar em decorrência da trajetória política bem-sucedida de seu pai (que, durante 19 anos, exerceu o cargo de deputado federal) e das estratégias postas em prática pela família no investimento educacional dele e dos seus irmãos¹⁴, além de sua própria atuação como deputado estadual.

O segundo caso refere-se ao deputado Sergio Turra, deputado estadual eleito no último pleito, em 2014. Um dos quatro filhos¹⁵ de Francisco Turra, nasceu em 1971 no município de

¹⁴ Pelas informações que foram possíveis coletar, dos nove irmãos, cinco possuem formação educacional de nível superior e dois possuem graduação em andamento, inclusive, um deles no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Nesse caso foram constatadas informações educacionais de três irmãos, não sendo possível encontrar informações sobre a única filha: um possui graduação em medicina e os outros dois em direito.

Marau, também ao norte do estado. Diferentemente do primeiro deputado citado, o processo de ascensão social de sua família já havia iniciado no decorrer da trajetória de seu avô e de seu pai, principalmente em função dos investimentos escolares de seu pai e de sua trajetória social e política – chegou a atuar como ministro da agricultura e do abastecimento entre 1998-1999. Seus avós eram “pequenos agricultores”, sendo seu avô também “açougueiro”: eram “pessoas super simples” (Entrevista com Francisco Turra). Seu pai, no entanto, possui duas graduações em nível superior: a primeira em direito pela Universidade de Passo Fundo e a segunda em comunicação social pela PUC/RS.

Com fins de uma melhor exposição dos diferentes tipos de recursos que foram acionados pelos respectivos deputados estaduais, optou-se, predominantemente, pela apresentação em separado das duas trajetórias sociais. No entanto, tendo em vista que as tomadas de posições em um determinado “campo” político só obtêm sentido se expressas de forma relacional, “na diferença e pela diferença, do desvio distintivo” (BOURDIEU, 2011, p. 177) - ou seja, frente ao conjunto de tomadas de posições dos outros participantes do “jogo” -, e também se forem associadas aos recursos disponíveis e às condições de legitimação de seus usos (CORADINI, 2001), busca-se no decorrer do trabalho e sempre que possível, expor de forma simultânea os diferentes recursos e referenciais simbólicos que pautam as respectivas concepções do mundo social e atuações políticas dos deputados estaduais e de seus familiares. Além disso, com o mesmo intuito de explanação, apresenta-se primeiramente referências sobre a trajetória de seus pais e a constituição prévia de seu grupo familiar.

4.1 Origens Sociais

Adão Pretto, pai do atual deputado estadual, Edegar Pretto, nasceu em 1945 em uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai. Filho de agricultores, também trabalhou como “pequeno agricultor” até obter uma maior inserção junto a outras esferas de atuação, principalmente àqueles “movimentos” vinculados à Igreja Católica – como as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra –, às associações sindicais e aos “movimentos sociais” (principalmente o MST). Com baixo capital escolar, tendo se alfabetizado somente aos 17 anos, começou a sua atividade de “liderança”,

de “pegar o jeito da coisa” (entrevista)¹⁶ a partir de suas relações com a “comunidade” ao fazer parte da presidência do Círculo de Pais e Mestres da escola de sua localidade. Posteriormente, atuou como “ministro da eucaristia” dentro de sua comunidade religiosa, em que, em decorrência dessa atuação, acabou realizando cursos em Frederico Westphalen (local da sede de sua diocese e “centro regional maior”), onde expande suas redes de relações sociais junto aos padres “progressistas” da época.

No período, segunda metade da década de 1970, está em pauta a diversificação dos usos e a apropriação de bens culturais eruditos, principalmente aqueles relacionados à produção das ciências humanas e sociais, a partir da mediação de lógicas e princípios de legitimação oriundos de determinados “movimentos” próximo as igrejas católicas. É também significativo de uma configuração específica que se caracteriza pela “diminuição da rigidez do monopólio da cúpula internacional” da Igreja Católica “no estabelecimento dos princípios legítimos”, pela atualização da dinâmica centro/periferia em termos de relações conflituosas entre as respectivas elites culturais eclesiásticas, pela expansão na oferta escolar de cursos de teologia em âmbito “local”, assim como do predomínio em todas essas instâncias do relativo fortalecimento do polo heterodoxo ou terceiro-mundista em detrimento do polo voltado diretamente para “empresa de salvação” (CORADINI, 2012).

A relação da família do deputado com “movimentos” específicos ligados à Igreja Católica adquire pertinência não só como condição de possibilidade de um período de bifurcação, ou seja, “de redistribuição de oportunidades de tomar no percurso do grafo tal caminho em vez de outro” (PASSERON, 1995, p. 223), mas também a partir da descrição biográfica que expressa problemas teóricos relevantes para as ciências sociais. No caso em pauta, embora não se possa falar em agentes simbólicos especializados com o monopólio do trabalho simbólico de construção social de grupos sociais, os clérigos atuam (como uma de suas múltiplas empresas sociais) como “empresários simbólicos” que impõem ao grupo “o princípio dominante da visão e da divisão do mundo social, acima e contra, das alternativas competidoras” (WACQUANT, 2013, p. 89-92) a partir da existência de condições sociais de

¹⁶ A entrevista foi realizada com seu filho, Edegar Pretto.

recepção da comunicação (PASSERON e BOURDIEU, 1982, p. 129)¹⁷. Tal relação também se torna importante visto que tais princípios de hierarquização serão constantemente atualizados pelos membros da família em questão, nos conflitos políticos posteriores, de modo a garantir a existência social do grupo a partir de sua relação de distinção com os outros grupos - no caso, mediante a “inculcação de categorias de percepção e de classificação dos outros” (SAINT-MARTIN, 1992, p. 161).

Então, meu pai, mesmo tendo muitas dificuldades com a leitura, se dedicou muito àqueles textos que recebeu e começou a despertar para isso. E, nos domingos, na nossa comunidade, a sua pregação já era baseada nos ensinamentos lá dos seus amigos padres progressistas. E assim começou, já na nossa comunidade, a achar adversários e companheiros, quem concordava e quem não concordava. Começou meio que a despertar enquanto liderança na comunidade, a ter voz. (Entrevista com Edegar Pretto).

Após, Adão Pretto entra para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Miraguai em 1979; tornando-se vice-presidente do Sindicato em 1983 e, em 1985, assumindo o cargo de presidente. Nesse mesmo período, também participava da coordenação estadual da Central Única dos Trabalhadores. Filiado ao PDT desde 1980, “brizolista, fã do Brizola”, desfilou-se do partido em 1985, momento em que, “em conjunto acordo com os movimentos sociais”¹⁸ (Entrevista), teria escolhido o PT como novo partido de filiação e, em uma sala da sua diocese, teria sido escolhido candidato para deputado estadual nas eleições de 1986. Concomitantemente, também se apresentou como “cantor” e “poeta”, tendo inclusive publicado dois livros¹⁹.

Cabe assinalar, de forma prévia, alguns aspectos dessa eleição, visto que as alianças produzidas nela serão constantemente renovadas ao longo dos sucessivos pleitos. “Escolhido”

¹⁷ “Se o *modus operandi* jamais se deixa compreender objetivamente a não ser no *opus operatum*, é preciso resguardar-se de reduzir o *habitus* produtor (isto é, nesse caso, a relação com a linguagem) a seu produto (aqui uma certa estrutura da linguagem) sob pena de condenar-se a encontrar na língua o princípio determinante das atitudes, em suma, de considerar o produto linguístico como produtor das atitudes que o produzem.” (BOURDIEU, 1982, p. 144, nota de rodapé nº 13).

¹⁸ Relevante lembrar que, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é oficialmente fundado. Tal movimento é fortemente vinculado com a trajetória do pai e dos familiares do atual deputado estadual.

¹⁹ “Poesia e Cantos do Povo” (1981) e “Queremos a Reforma Agrária” (1987), publicadas pela Editora Vozes, editora com vínculos com a Igreja Católica. As obras remetem a um período de forte relação entre Adão Pretto e determinados grupos da Igreja Católica. 1981 foi o ano em que ocorreria a ocupação na Encruzilhada Natalino, local de encontros de “lideranças” políticas e eclesiais do período (BACKES & ARAÚJO, 2010), enquanto que, em 1987, Adão Pretto veio morar em Viamão, atrás de uma Igreja Católica (Congregação dos Oblatos), logo após sua eleição para deputado estadual em 1986.

para ser candidato a deputado estadual, Adão Pretto faria uma “dobradinha” com Antonio Marangon, candidato então a deputado federal. Marangon, oriundo de Palmeira das Missões, município da região do Alto Uruguai, formado no ensino superior, “professor” e também integrante das pastorais da região. Nessas eleições, Adão assumiu a vaga de deputado estadual com 22.892 votos, enquanto que Marangon ficou como segundo suplente na Câmara. No entanto, dois anos depois - após as eleições que garantiram à Frente Popular, cujo candidato a prefeito era Olívio Dutra (eleito deputado federal nas eleições de 1986) e o seu vice Tarso Genro (primeiro suplente na Câmara Federal), a vitória no município de Porto Alegre -, Marangon, até então segundo suplente, assume a cadeira de deputado federal. Posteriormente, nas eleições de 1990, Adão Pretto foi eleito deputado federal, assumindo esse cargo até seu falecimento, em 2009, enquanto Marangon disputou com sucesso o cargo de deputado estadual.

Como já fora salientado em estudos anteriores (CORADINI, 2001, p. 66), o caso em pauta é exemplo da possibilidade de condições de acesso ao “campo” representativo a partir da posse e da reconversão de recursos oriundos de organizações sindicais e de “movimentos sociais” em capitais políticos. Adão Pretto é, portanto, expressão da inserção em diferentes esferas sociais e do uso conjugado dos recursos que decorrem desses diversos espaços sociais. É também expressão de algumas ambivalências quanto à modalidade de acesso às disputas eleitorais, quando comparado aos candidatos que compartilham, de forma mais geral, os mesmos padrões de inserção política (baixo grau de escolaridade, ligação com sindicatos e “movimentos sociais”), já que a “‘politização’ ou, mais especificamente, a ‘partidarização’ desse conjunto de atividades e relações sociais foi posterior [aos vínculos com esses ‘movimentos’]” (*idem*, 2001, p. 66).

A próxima análise do trabalho é sobre Francisco Turra, pai do deputado Sergio Turra e, atualmente, a principal referência genealógica de uma parte da “família”, ou melhor, ele é aquele que “legitima o poder da família nas atividades políticas” (CANÊDO, 2011). Assim como o caso de Adão Pretto, também apresenta vínculo com o catolicismo. Porém, as relações que decorrem dessa aproximação, no caso de Francisco Turra (principalmente em um período específico de sua vida), estão postas em outras bases e adquirem significados diversos. Cabe salientar, mais uma vez, que a vinculação com essa esfera social e os usos que são feitos dessa inserção, seja na legitimação frente aos respectivos eleitores, seja em uma decorrente reconstrução biográfica de trajetos políticos, se constituem somente como um dos múltiplos

espaços de inserção e, conseqüentemente, de um dos possíveis recursos de legitimação específico. Assim, as relações com a Igreja Católica ocorreram no primeiro período de formação escolar de Francisco Turra e de uma forma pautada mais pela vinculação entre a Igreja e suas instituições de ensino do que propriamente uma relação que remonte a uma intersecção entre a esfera religiosa e a esfera política, ou mais especificamente, o polo voltado para a legitimação eleitoral. O pai do atual deputado estadual, então, se caracteriza por mobilizar recursos sociais oriundos de outras relações e que se configuram como sendo de maior importância social e política, como o econômico, o cultural e aqueles recursos oriundos das relações de reciprocidade, principalmente familiar.

Embora não tenha antecedentes familiares vinculados a algum cargo eletivo na política institucional, nos dizeres de Francisco Turra, seu pai possuía uma “paixão pela política no sentido de defender um partido: [...] era mal e mal um eleitor e tinha paixão por esse partido. Ele sempre era um eleitor cativo por esse partido, e minha família, por consequência, também era”, ou seja, “A gente tinha um lado e era do PSD” (Entrevista com Francisco Turra). Tal fato remete não só às condições sociais de se apropriar, a partir das relações familiares, de um interesse pelas discussões “políticas”, mas também às condições sociais de uma concepção e de um vínculo político que remetem a uma adesão “que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política” (PALMEIRA, 1992, p. 26)²⁰, assim como do fato de que a “unidade do voto [aparece] exemplificando a unidade da família” (HEREDIA, 1996, p.59). Tal vínculo teria “diminuído” a partir do momento em que, “para poder estudar, de tão pobre que [seus] pais eram”, teve que entrar em um seminário católico²¹. Permaneceu nessa instituição dos 10 até os 17 anos. Posteriormente, trabalha como interno de um colégio em Passo Fundo por um ano, momento em que “faz o Curso Técnico de Comércio e, para pagar os estudos, auxiliava na secretaria e na limpeza do colégio”²². O vínculo e a referência à Igreja se restringem, então, à sua formação escolar, tendo sido importantes, nos dizeres do entrevistado, por resultarem

²⁰ Entretanto, Palmeira (1996) adverte que a adesão a um lado da sociedade, a uma facção, não é necessariamente um lado fixo.

²¹ Mais especificamente, Seminário de Freis Capuchinhos, em Marau.

²² Ver na página oficial de Francisco Turra sua entrevista em <http://www.alvorada.am.br>, dia 24/09/2011 às 12:47 por Carla Santin Ebone – Marau.

em uma “diferenciação” decorrente de “muita cultura” que ali havia “adquirido”. Sua formação escolar permanece atrelada às instituições católicas, comunitárias e privadas, de ensino superior (em expansão nesse período), mais especificamente à UPF – Universidade de Passo Fundo (curso de direito, concluído em 1968) e, posteriormente, à PUC-RS (graduação em Comunicação Social, concluída em 1974). Nesses espaços, atua como “líder estudantil”, sendo presidente da União Marauense de Estudantes (UME). Nesse período também passa a trabalhar na prefeitura e na Câmara de Vereadores de Marau, já que foi “trazido” para essa cidade por “duas pessoas ilustres”, Darwin Antônio Marosin e Elpídio Fialho²³.

É a partir do reconhecimento de suas “qualidades pessoais” pelos seus conterrâneos que o entrevistado reelabora o início de seu trajeto político²⁴. A ênfase na sua formação escolar e o conseqüente fato de ser reconhecido como sendo “um pouco diferenciado no sentido de ‘falar’”, por exemplo, assim como seu sucesso profissional (ou a convicção de inevitabilidade desse) são expressões que não só atuam como princípio de legitimação na esfera política, mas que também demonstram os fundamentos sociais que definem a excelência social a partir de sua vinculação com o trabalho e a ascensão social (CORADINI, 2008).

Posteriormente, após diversos chamados dos “líderes políticos do [seu] partido, que era o mesmo do berço” – ou seja, o PSD, do qual ainda não era filiado, mas sempre fora considerado seu partido - para ser vereador e depois de suas negativas devido a inexistência de intenções “carreiristas”, o entrevistado, então com 35 anos, “aceita” participar das eleições municipais como candidato a vice-prefeito de Marau, obtendo a vitória e assumindo no ano de 1976. Nesse período, de acordo com o entrevistado, ele já seria “bem-sucedido, já advogando”. Sobre os pleitos posteriores, nos seus dizeres:

Mas eu, lá como vice, me entreguei. Trabalhei, briguei, cumpri missões, principalmente junto aos jovens, e terminei sendo forçado a concorrer a prefeito para suceder o meu candidato a prefeito, que era também o prefeito da época. E fiz 8.700 votos, de 12.500 eleitores. Primeiro mandato, 6 anos. No quarto ano me chamaram para concorrer a deputado estadual. Eu refutei, releguei, não quis saber porque eu

²³ Elpídio Fialho foi prefeito de Marau em 1959 e Darwin Antônio Marosin foi seu vice-prefeito. O primeiro era “médico” e foi Diretor de um hospital da mesma cidade. Antes de ser prefeito de Marau, foi vereador de Passo Fundo. Também atuou no processo de emancipação da cidade.

²⁴ Importante ressaltar que em sua página oficial na internet, Francisco Turra, que possui seis irmãos, declara o que teria sido um possível “prenúncio do que o esperava”: “Minhas irmãs contam que eu gostava muito de subir nos tocos de árvores e fazer discursos (risos)”.

tava feliz, exitoso, bem visto, com programas novos, recuperação de solo (programa de repercussão nacional, inclusive), e eu tinha um projeto, não queria sair de jeito nenhum. Mas arranjamos 28 municípios da associação nossa, a AMESNE, e eles me pensaram para assumir a candidatura, e até quem me pensou, às vezes, foram os adversários. Porque eu tinha sido três vezes presidente dessa associação (Entrevista com Francisco Turra).

Além de vice-prefeito, prefeito e presidente da AMESNE²⁵ (1984-1996), Francisco Turra exerceu, em sua trajetória, os cargos de deputado estadual (1987-1994), de diretor de Desenvolvimento e Investimento do BANRISUL²⁶ (1995-1996), de presidente da CONAB²⁷ (1996-1997), de ministro da Agricultura (1998-2000), de superintendente do SEBRAE²⁸ (2000-2002), de deputado federal (2003-2007), de diretor do BRDE²⁹ (2007-2008) e, atualmente, de presidente executivo da ABPA³⁰.

É importante ressaltar que, se, por um lado, o entrevistado refere-se às suas “qualidades pessoais” (reificadas na naturalização dessas) na entrada das disputas eleitorais - mais especificamente relacionando com os recursos resultantes de sua inserção escolar -, por outro, após a sua inserção em um cargo público, seu principal trunfo de legitimação passa a ser a atuação em cargos públicos como prova de excelência. Isto é, “não é tanto o exercício concreto do cargo, [mas] o simples fato de que determinado candidato tenha tido condições de ocupa-lo que comprova essa excelência, ou seja, o [...] uso dessa ocupação de cargos no sentido de um ‘título’” (CORADINI, 2001, p. 162), ainda que permaneça a referência às suas outras características sociais. Deve-se notar, então, que essa segunda ênfase é acentuada na entrevista pelas condições objetivas de Francisco Turra, o qual já exerceu tais cargos públicos e pode reconstruir sua biografia priorizando sua característica como gestor público.

Outra modalidade de capital político que foi acumulada ao longo de sua trajetória é oriunda de recursos vinculados ao capital social de bases sociais marcadas pelas relações de reciprocidade. O entrevistado, ainda no tempo em que “mal era advogado”, ou seja, prévio a

²⁵ Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste. Foi presidente dessa associação no período em que foi prefeito de Marau.

²⁶ Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

²⁷ Companhia Nacional de Abastecimento.

²⁸ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

²⁹ Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

³⁰ Associação Brasileira de Proteína Animal (junção da União Brasileira de Avicultura, na qual Francisco Turra era presidente desde 2008, e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína).

sua primeira entrada eleitoral, casa-se com a filha de um importante político de sua cidade. Lídio Bergonsi, “farmacêutico”, participou da Comissão Emancipacionista de Marau, foi vereador na primeira e na segunda legislatura da cidade (1955-1963), período em que também atuava como líder do PSD na Câmara dos Vereadores. Posteriormente, no quarto mandato do executivo, assume como vice-prefeito (1969-1973). O sogro de Francisco também ocupou cargos de presidência na Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Marau (1978-1984) e no Grêmio Esportivo Liberdade (1952), “sociedade recreativa” da cidade. Tal vínculo se torna importante por diversos motivos: além de demonstrar o uso bem-sucedido de uma estratégia de reprodução social via matrimônio, o parentesco possibilita a expansão de recursos sociais decorrentes da inserção em redes de relações de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento (BOURDIEU, 1998) passíveis de serem mobilizadas em seu trajeto social. Tal fato adquire maior importância em face da posição social do grupo familiar em que se insere e da referência e identificação deste à uma facção específica. Lembrando, contudo, que as lealdades daqueles que pertencem a uma “família” pode vir a estar alicerçada em diferentes tipos de vínculos, não sendo necessária uma lealdade primordial e homogênea de todos os seus integrantes (PALMEIRA, 1996)³¹.

É desse modo que o entrevistado reconstrói toda sua trajetória política. De um lado estão o constante “chamado”, a “procura”, o “me pensaram”, o “fui forçado” para o exercício na política institucional e, de outro lado, o “releguei [o convite]”, o “eu não quis saber porque eu estava feliz, exitoso, bem visto, implementando programas novos”, o “olha, isso é apenas para cumprir carnê” quando faz referência ao processo de aceitação de um novo “empreendimento” político. Ou seja, em todos os casos perpassa uma suposta hesitação frente

³¹ Embora sem muitos detalhes disponíveis, já que só uma pesquisa que busca reconstruir a gênese e os sucessivos embates políticos que ocorreram na história do município é capaz de elucidar as relações e os interesses em jogo nas disputas políticas da cidade, estaria ocorrendo em Marau uma série de realinhamentos políticos, introduzindo inclusive novas realocações partidárias. O cunhado do entrevistado, ex-prefeito da cidade (na época filiado ao PPB), após divergências eleitorais, rompe com o PP, partido em que estava vinculado e que é historicamente identificado com o PSD de seu pai e de sua família (Bergonsi), e migra para o PSDB. Posteriormente, após uma aliança entre os dois partidos para as eleições de prefeito em 2012, há um novo rompimento, resultando em implicações para o grupo familiar e nas suas estratégias políticas. Francisco também é tio de Luiz Roberto Albuquerque, mais conhecido como Beto Albuquerque, o qual foi deputado estadual, deputado federal, secretário no governo do estado do Rio Grande do Sul em 1998 e em 2010 e candidato à vice-presidência em 2014.

a decisão de aceitar algum cargo público ou, nos dizeres do entrevistado (semelhante ocorre com seu filho), de aceitar uma nova “missão”.

A condição de “bem-sucedido” socialmente adquire, portanto, dois sentidos não excludentes. Primeiramente, a atuação política adquire um significado de abdicção de uma vida que tem como garantia o sucesso profissional e social e o estabelecimento de um compromisso moral que visa enfrentar de forma “corajosa” os desafios impostos pelos problemas públicos. Em contrapartida, em decorrência da posição estável e relativamente superior em que se encontra - no sentido de possuir recursos econômicos e culturais, mais especificamente aqueles que se apresentam como *expertises* em determinadas áreas de atuação (não raro convertidos em capitais econômicos) -, o dever “político” é orientado a partir de disposições práticas que são auto percebidas e reconhecidas como *desinteressadas*, logo, legítimas e produtoras de recompensas variadas. Ou seja, subjacente a ambos os aspectos, está em questão uma concepção de atuação política caracterizada pela “doação” em favor da instauração de uma ordem social, elemento que remete também ao próprio caráter desigual e profético existentes entre os “profissionais” e os “profanos” no “campo” representativo gaúcho (CORADINI, 2008).

Visa-se, portanto, nesse pequeno tópico, assinalar um pouco das origens sociais dos atuais deputados estaduais a partir dos recursos familiares disponíveis, focando principalmente no patrimônio social e político de seus pais. No que tange ao pai do primeiro deputado, Adão Pretto, buscou-se assinalar um pouco das condições de emergência de sua condição como “político”, fortemente vinculadas a uma configuração histórica específica, assim como aos recursos adquiridos e mobilizados ao longo de sua trajetória social, sendo o fato de que “essa interconexão de esferas religiosas e sindicais e sua ‘politização’ são vistas como sendo a base de sua trajetória em ascensão” (CORADINI, 2001, p. 66). Importante ter em vista que apesar de suas baixas condições econômicas e culturais, a inserção em determinados agrupamentos e associações produziram nele determinados “efeitos de politização” (LAGROYE, 1994, p. 340. No que concerne ao segundo caso, em decorrência da disponibilidade de outros materiais de pesquisa, foi possível averiguar de que forma os recursos sociais, na sua variedade, são acionados no decorrer da trajetória social e política de Francisco Turra e, conseqüentemente, de sua família em geral. Também foi possível analisar a forma que os relatos biográficos são reconstruídos a partir de diferentes princípios definidores da atividade política e como são “transfigurados” os seus interesses e as suas condições

objetivas de acesso ao espaço político em decorrência de suas estratégias de legitimação social e política.

4.2 Trajetos e heranças políticas

No presente item, abordar-se-á o processo de apropriação das heranças sociais oriundas dos recursos e das relações sociais acumulados pelas respectivas famílias, em conjunto com o processo de aquisição de outros capitais, em sua variedade possível, ao longo do trajeto social de cada um dos dois deputados estaduais em questão e os seus usos nas estratégias de reprodução social e política de suas famílias.

Como já fora mencionado, o processo social de construção de herdeiros “dignos”, ou seja, herdeiros dispostos a herdar (BOURDIEU, 2014, p. 317), não se constitui de forma mecânica, mas envolve trabalhos pedagógicos (principalmente no espaço familiar) de inculcação de determinados arbitrariedades culturais, no caso, daqueles condizentes com a produção de uma *illusio*³², de uma disposição para participar de um jogo reconhecido como espaço legítimo de alocação de investimento com o intuito de acesso, de forma não cínica, aos prêmios passíveis de serem adquiridos mediante disputas entre os jogadores. No caso do espaço político, o processo de sociabilização em que estiveram inscritos os deputados estaduais em análise desde suas infâncias possui uma grande importância, já que - imbricados em lógicas de diferenciação as quais remetem à construção precoce das reputações que garantem os seus trânsitos entre os espaços e as lideranças “políticas”- são criadas as condições para as suas futuras conversões em capitais políticos e, assim, para a garantia de perpetuação do prestígio e da reputação familiar (GRILL, 2008, p. 66).

Nesse sentido, o que está em pauta é o próprio reconhecimento prévio pelos demais integrantes do jogo – sejam eles pertencentes ao grupo familiar, ou à facção na qual mantêm uma adesão, sejam aqueles que já estão no parlamento – dos deputados estaduais em questão

³² “A identificação ao pai e ao seu desejo como desejo de ser continuado é uma das principais mediações da entrada na *illusio* masculina, ou seja, da adesão aos jogos e implicações considerados como interessantes em determinado universo social.” (BOURDIEU, 1998, p. 260), nota de rodapé número 3.

como candidatos legítimos ao pleito eleitoral, assim como o “assentimento” da pertença desses no espaço político. A posse de capitais simbólicos decorrentes das relações de parentesco é sem dúvida um recurso importante para essa aceitação e para o estabelecimento de reconhecimento mútuo, podendo, inclusive, ser um recurso essencial para o estabelecimento das bases que distinguem os *estabelecidos dos outsiders* (ELIAS, 2014). O nome familiar, como meio pelo qual os agentes “condensam e agilizam o capital político do ‘grupo familiar’ e delineiam as marcas distintivas em relação aos profanos e aos demais especialistas” (GRILL, 2008, p. 66), quando reconhecido como legítimo, possibilita inclusive, como aparece na fala de um dos entrevistados, representar o espaço político em termos oriundos de uma gramática familiar.

E eu, na época, estudava, ajudava e frequentava o gabinete do meu pai. Ajudava a levar papel pra cá, pra lá, mas, sempre que eu podia, eu tava junto com ele, viajando pro interior. Daí quando o Marangon, que era federal dois anos, que era a dobrada dele, se elegeu deputado estadual em 90, aí eu comecei a trabalhar com o Marangon como assessor. E a minha tarefa no gabinete dele era acompanhar ele nas viagens do interior, fazer agenda, dirigir (mesmo guri eu já dirigia), acompanhava o deputado Marangon, que era quem fazia dobradinha com o meu pai. Então, já naquela época, eu tinha uma relação que onde o meu pai tinha eu também tinha. As pessoas que eu conhecia, uma boa parte ele também conhecia. (Entrevista com Edegar Preto).

Muito contribuiu para eu chegar aqui na assembleia e me sentir em casa logo. Desde o partido, a bancada me recebeu de uma maneira mais familiar [...] Claro, eu já conhecia [os parlamentares]. Os [parlamentares] do pai na época sim. Os atuais, eu conhecia porque sempre tive esse convívio com o partido, especialmente com a política. Ninguém é estranho para mim neste mundo. E aí, indiretamente, pelo convívio do pai, as pessoas conheciam a família dele, e eu sou filho... então isso me encurtou, acredito, caminhos aqui na assembleia, no sentido de ter sido bem recebido, bem acolhido, de estar mais familiarizado com o meio. Eu nunca cheguei aqui achando “meu Deus do céu, que mundo é esse, né” por causa desse contato direto em função do pai. (Entrevista com Sérgio Turra).

Cabe, entretanto, expor alguns aspectos que possibilitam a produção e o entendimento do sentido desses comentários para além dos aspectos relacionados às possibilidades de dispor de capitais políticos oriundos do reconhecimento dos vínculos de parentesco possuídos e do compartilhamento de relações de sociais firmadas pelos seus pais. Primeiramente, no caso de Edegar Preto, inserido precocemente junto ao pai nas atividades de “militância” e, posteriormente, “frequentando” o gabinete do seu pai ou trabalhando como assessor dos seus aliados políticos, o deputado se encontra atualmente no seu segundo mandato no parlamento gaúcho. Assim, se, por um lado, as referências e os usos do patrimônio simbólico de seu pai, já falecido, permanecem constantes em todas as suas práticas, por outro, a base em que está alicerçada os seus recursos é atualizada em outras condições desde a sua entrada eleitoral.

Pode-se citar, por exemplo, a estratégia de legitimação de seu “êxito” “em decorrência da expansão [dos votos] com base no nosso trabalho”³³ em outros municípios. Em contrapartida, também entram em questão as estratégias possíveis para atualizar outros recursos oriundos de diferentes vínculos familiares, no caso, mais especificamente o de seu irmão mais velho que foi liderança do MST (representante do estado na direção nacional) e, atualmente, é presidente da Cooperativa Central dos Assentados (COSEARGS), mas também de seus outros irmãos³⁴, “todos engajados de alguma forma” e que, em decorrência da não existência de muitas divergências-“porque está bem dividida as tarefas (risos)”, “tudo anda tranquilamente, chega a campanha e é um verdadeiro exército, cada um atuando em uma ponta, ajudando do jeito que pode, mesmo tendo todas as tarefas diárias” (Entrevista com Edegar Pretto).

Desse modo, as atuais condições objetivas que garantem a possibilidade de perpetuação de sua posição, permitem que, na reconstrução de sua biografia, apareça de forma subjacente uma equivalência entre os capitais sociais seus e de seu pai que podem ser indicativos de um trabalho que visa a autonomização, ou a representação dela, em relação ao último. Como mostra Grynszpan (1990, p. 10), embora esteja se referindo a diferentes relações, trata-se de “administrar a autonomização [...] reconhecendo não mais a assimetria, mas uma certa igualdade evitando, ao mesmo tempo, um rompimento e garantindo a continuidade da ligação, mas já em outras bases”. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que há a constante reatualização dos variados patrimônios simbólicos de seu pai em um processo que visa produzir uma identificação e uma continuidade do seu legado político,

³³ O entrevistado indica Vale do Taquari, Guaporé, Serafina Corrêa como as regiões onde, citando literalmente, “o meu pai não tinha base e que eu sou o representante dessas regiões” (Entrevista com Edegar Pretto).

³⁴ Há mais um irmão fortemente vinculado à “política”, inclusive em seu aspecto eleitoral. Adão Pretto Filho acompanha seu irmão Edegar em todos os eventos e “roteiros” e também trabalha no seu gabinete. Foi candidato a vereador nas eleições de 2012 na cidade de Viamão, ficando como suplente, com 1325 votos. Em 2013, assume por um curto período de tempo o mandato, substituindo um parlamentar licenciado. Cabe destacar também que, no período de eleições, os recursos oriundos do patrimônio simbólico de seu pai foram mobilizados, inclusive o seu capital social, agora herdado pelos filhos. No caso, o apoio de Olívio Dutra, ex-deputado federal, ex-prefeito, ex-governador e liderança do Partido dos Trabalhadores, em sua posição de apoio diz: “Aqui quem fala é Olívio Dutra e, aqui em Viamão, nós temos um companheiro que vem das lutas, filho do nosso querido e saudoso Adão Pretto. É Adão Pretto Filho. Esse companheiro é um jovem, mas um jovem que traz toda a responsabilidade de um compromisso antigo (...) o novo com o mesmo compromisso” (áudio disponibilizado no perfil social do candidato a vereador); Olívio Dutra, que “ não era só companheiro, era amigo de [seu] pai”, também acompanha, não somente nos períodos eleitorais, o deputado estadual Edegar Pretto: “Ele, uma vez por mês, me dá o privilégio de fazer um roteiro com ele. Ele me acompanha.” (Entrevista com Edegar Pretto).

também se apresenta a intenção de instaurar possibilidades de descontinuidade com o passado de modo a marcar a posição daquilo que teria sido produto de seu trabalho próprio.

No outro caso, estamos nos referindo a um deputado estadual que foi eleito no seu primeiro pleito em disputa, em 2014. Um candidato em que “a consciência política, o trabalho partidário e o acompanhar a política foram sempre presentes [na sua] vida”. Entretanto, diferentemente de Edegar Pretto, apesar de compartilharem e serem o produto de trabalhos de inculcação precoce de uma *libido* necessária para a inserção no espaço político (com todas recompensas decorrentes), Sérgio Turra mobiliza - devido suas origens, sua trajetória e sua posição social serem marcadas por determinados usos específicos dos recursos escolares, do vínculo com sua atividade profissional e de sua relação próxima à esfera empresarial³⁵ - diferentes recursos e referenciais simbólicos na sua legitimação política e na sua construção biográfica.

Apesar desse contato prévio constante em diferentes esferas de atuação (participação em campanhas eleitorais de seu pai, “acompanhamento”³⁶ partidário, “acompanhamento” de eleições estudantis em sua universidade), Sérgio Turra apresenta mais enfaticamente sua ligação com os patrimônios familiares. Pode-se dizer que sua legitimação está ancorada em alguns principais aspectos: o primeiro é o que foi referido anteriormente e que diz respeito ao seu reconhecimento de que pertence legitimamente a um grupo com o qual já possuía afinidades prévias; o segundo se refere a uma concepção social e política herdada calcadas em “códigos de origem moral e pela encarnação familiar desses códigos e sinais” (GRILL, 2008, p. 69), como a honestidade, a ética, o “trabalho duro e o sacrifício, duas coisas que [seu] pai [lhe] falou”; o terceiro se relaciona necessariamente com o anterior, já que decorre de suas origens sociais e do aspecto estruturante dessas ao longo de seu trajeto social. Refiro-me às concepções sociais e políticas que vinculam não só aspectos oriundos dos próprios trajetos e origens de seus pais, como também o reforço deles pela própria trajetória social do deputado e

³⁵ Embora Sérgio Turra não tenha citado em nenhum momento o seu vínculo com atividades empresariais durante a entrevista, o deputado atua no ramo de criação de cavalos, principalmente na Cabanha Turra.

³⁶ No caso em questão, o termo “acompanhamento” é utilizado pelo entrevistado como forma de marcar a distância existente entre uma relação propriamente “política”, que existe na concorrência partidária, eleitoral e estudantil, daquele vínculo no qual ele se situava, “sem maiores intenções de protagonismo ou de lideranças diversas [...]. O que eu entendo por política é de ser protagonista, como detentor de cargo público” (Entrevista com Sérgio Turra).

pela sua legitimação política fundamentada em alguns aspectos de sua formação educacional e de sua atividade profissional.

Sérgio Turra realizou o ensino fundamental em uma escola estadual de Marau e o ensino médio em uma escola privada de Passo Fundo. Formou-se em Direito pela PUCRS com 22 anos e fez pós-graduação em Direito da Economia e da Empresa na Fundação Getúlio Vargas. Ou seja, percebe-se, nesse trajeto escolar, estratégias familiares e “pessoais” que investem na mobilização geográfica como forma de inserir o filho em espaços com maiores e melhores recursos educacionais, com todas as implicações de sociabilidade e de relações sociais que se tornam possíveis.

O deputado trabalha em Porto Alegre desde que obteve uma “boa oportunidade” de emprego e, posteriormente, há uns quatro anos, abriu e atuou em um escritório de advocacia, em conjunto com um de seus irmãos, com o intuito de se especializar em consultoria no agronegócio voltado para o setor primário. Sobre isso, ele comenta na entrevista: “[...] inclusive em função da expertise do pai e tudo que ele granjeou de conhecimentos, né. E aí foi nessa área que a gente conduziu a nossa atividade profissional privada”³⁷. É a partir desses aspectos que Sérgio elabora a sua atividade parlamentar. Primeiramente, indica na sua formação universitária e na sua categoria profissional as proximidades com a atividade parlamentar e as condições de dispor de tempo livre necessário para sua campanha eleitoral. Elemento que, embora sem maiores dados sistematizados com possibilidade de comparação estatística sobre os candidatos eleitos em 2014, corrobora com as constatações acerca das maiores condições de acesso ao “campo representativo” do estado por aqueles que possuem condições socioeconômicas mais elevadas e atuam em exercícios profissionais mais rentáveis e menos dependentes de dedicação plena ao trabalho principal (BORDIGNON, 2011)³⁸. Outro aspecto diz respeito à relação entre o seu conhecimento profissional, afirmado na consultoria

³⁷ Sérgio Turra pertence, também, a Comissão Especial de Direito Agrário do Agronegócio da OAB do Rio Grande do Sul. Também foi integrante do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (IEJUR) e da Comissão de Legislação e Direito Esportivo da OAB/RS. Como as informações de participação de tais entidades não foram mencionadas na entrevista, não foi possível obter informações sobre o período em que o deputado permaneceu nelas.

³⁸ Importante salientar: “Por sua vez, a estrutura compósita configurada por um sistema de relações entre indicadores relativamente independentes, demonstra a existência de uma rede de relações estruturais que não se resumem a relações de causalidade linear.” (BORDIGNON, 2001, p. 37).

para o agronegócio, e a sua principal defesa política que remete ao setor primário e ao empreendedorismo.

Evidentemente que também fruto disso [de sua atividade profissional privada] e fruto da gente conhecer um pouco da realidade do estado e do país, e tendo esse pé no campo, eu te diria que minha atuação aqui na assembleia tem se pautado prioritariamente para o setor primário, para o agronegócio e para o empreendedorismo. São coisas que conversam com todo trabalho da minha vida profissional. (Entrevista com Sérgio Turra).

Porém, como demonstra-se, os usos específicos possibilitados pela redefinição de sua atuação profissional a “serviço de uma causa externa” (CORADINI, 2001, p. 31) como forma de legitimação social e política não são mobilizados de forma isolada, mas em conjunto com outros princípios. Em sua campanha eleitoral, o deputado procurou legitimar sua candidatura a partir de vinculações às expressões que se referem a sua “região”, à “renovação” e à “mudança”, e também, principalmente, utilizando-se dos recursos oriundos de seu grupo familiar, já que participava de seu primeiro pleito eleitoral. Inclusive, a naturalização do uso de tais vínculos familiares, assim como o seu uso legítimo na sociedade gaúcha, permite que tais relações sejam postas de forma imbricada e compatível com a perenidade familiar mediante sua reprodução social e a defesa de determinadas “renovações modernas” e “mudanças”. Desse modo, em sua acepção, o caráter renovador estaria assegurado devido a sua característica de estreante no pleito eleitoral³⁹, ainda que, a seu ver, isso lhe trouxesse “muitos problemas”, já que “veja que contradição, né, ao mesmo tempo em que a sociedade quer renovação, que quer mudança, que exige isso, que a sociedade exige isso, quando você se apresenta, pode ser uma dificuldade.”. Na entrevista, ao responder à pergunta sobre suas bases eleitorais, Sérgio Turra ainda diz:

Base eleitoral... olha, foi... hoje, é evidente os vários municípios. Eu fiz votos em 411 municípios do estado, mas especialmente nos pequenos [municípios] do estado. Principalmente por acreditarem nessa ideia, nesse ideal do agronegócio, na defesa do agronegócio, do campo e do empreendedorismo. Então, acho que a gente ainda está construindo uma base eleitoral. Na minha primeira campanha, eu não tinha necessariamente uma base eleitoral, embora a região lá da serra, de Marau, fosse minha “base”, por assim dizer, onde fiz o maior número de votos. Mas hoje a gente está ampliando isso pelo trabalho, pela identificação com as bandeiras. Agronegócio, empreendedorismo. Sem dúvida alguma, uma forma diferente de fazer política,

³⁹ O único pleito eleitoral realizado antes foi para conselheiro do Sport Club Internacional, não obtendo sucesso. Um de seus irmãos, entretanto, ocupa esse cargo, o que remete aos investimentos familiares em esferas sociais variadas. Nos dizeres de Sérgio Turra sobre o irmão, também “advogado”: “o Internacional é a veia política também lá pulsando, mas é uma paixão de clube”.

moderna, nova política da renovação, que traz essa carga de mudança que a sociedade, que a gente ouvia muito falar [...]. Aí, talvez o nome tenha atalhado. “Ah, mas teu pai”, “ah, filho do Turra”, “ah, beleza”, então tem uma história. Então, ao mesmo tempo em que uma pessoa gostaria de apostar mais em uma mudança, ela não tem tanta coragem. Para ver como a gente, enquanto sociedade, é meio incoerente. “Quero mudança, quero renovação”, mas quem a gente coloca como opção de renovação e de mudança tem uma certa dificuldade. (Entrevista com Sérgio Turra).

Isso remonta a possibilidade de se apropriar nos pleitos eleitorais e na atividade parlamentar do capital simbólico acumulado pelo conjunto dos integrantes de sua “família”. Embora o seu pai seja reconhecido como a principal fonte de crédito em relação aos recursos, o deputado estadual Sérgio Turra também possui as condições de mobilizar outros trunfos familiares disponíveis a partir da figura de seus irmãos. Seu irmão mais velho, “médico”, participou junto com o atual deputado estadual nas eleições de 2014, concorrendo para a suplência da senadora Ana Amélia e alcançando a segunda suplência. Segundo Sérgio, seu irmão “também seria um vocacionado político, estaria na sua veia [...] Esse sim tinha a atividade política desde sempre. Foi líder estudantil em Pelotas, na UFPEL, ele era o que mais despontava, digamos assim, para fazer política” (Entrevista). O irmão mais velho assumiu a vice-presidência do partido no qual são filiados, o PP, e encabeçou a campanha eleitoral do irmão na “base”, em Marau. No que diz respeito ao outro irmão⁴⁰, esse também teria coordenado algumas “ações” de sua campanha, sendo, portanto, “uma coisa muito familiar” (Entrevista). Ainda assim, os recursos possibilitados pela identificação com o seu pai são os mais importantes, tanto para a sua eleição, quanto para a sua atuação política como deputado estadual. No processo eleitoral, sua campanha investiu na vinculação entre ele e seu pai, a partir de uma ideia de “legado”, de “mudança”, “renovação” e “trabalho”⁴¹. No que tange à atividade parlamentar, os entrevistados (no caso pai e filho) indicam principalmente as condições de mobilização do capital social do pai nas mais diversas esferas possíveis.

⁴⁰ Ver nota 33.

⁴¹ “Jovem, parceiro e leal, que do pai saíste igual, teu legado é nossa esperança, Sérgio Turra é a tua vez. [...] tem história e tem futuro, com sentimento puro, vem Rio Grande é a nossa vez, preservar e evoluir pro legado prosseguir, pro legado prosseguir” (*Jingle 1* de sua propaganda na campanha eleitoral); “Preservar, evoluir, nesse legado boto fé, agora é tu, Sérgio Turra, fruto não cai longe do pé [...] Fé no trabalho, fé na mudança. Preservando, renovando, o futuro é Sérgio Turra” (*Jingle 2* de sua propaganda na campanha eleitoral); “no dia 5 de outubro nós temos a oportunidade de fazermos a diferença pela mudança, pela renovação e por um Rio Grande melhor” (Propaganda vinculada ao seu canal de vídeos da internet); “Trago comigo todos os ideais que Francisco Turra construiu durante toda a sua vida. Agora chegou a hora de renovar a política e fazer mais pela agricultura [...] Fé na mudança, fé na renovação, fé no futuro.” (Propaganda Eleitoral Gratuita).

Em momento algum, em função do meu nome, eu pensei que estava eleito, mas sem dúvida alguma o nome do meu pai, Francisco Turra, a marca Turra na Política, me abriu portas por todos os lados no estado e foi fundamental para a minha eleição, não tenha dúvida. Mas eu trabalhei muito, não fiquei acomodado a um sobrenome, a uma história, ao contrário, eu fui efetivamente bater de porta em porta, também respaldado pelo meu slogan “tem história, tem futuro”. Então, graças a Deus, depois de muito trabalho, deu certo. O pai pôde participar menos da minha campanha do que gostaria, mas, quando pôde participar, ele participava [...]. Também, sem dúvida, eu tenho ido como deputado estadual à Brasília mesmo, Santa Catarina fomos esses dias para ver um modelo de gestão de uma área do agronegócio. E, quando me identificam como filho do Turra: “nossa, teu pai!”, e aí vem sempre algum exemplo, “ah, teu pai é uma grande figura”. Em Brasília também ele tem um prestígio muito interessante que nos abre portas mesmo, no Ministério, porque lá tem muita gente que era da época dele. (Entrevista com Sérgio Turra).

Ajudo ele a tomar alguma posição, a fundamentar alguma posição. Acompanho muito ele, mando subsídios. Ele fez uma comissão sobre água, mandei um monte de coisa para ele. Eu auxilio e vou auxiliar até o fim [...]. Eu tenho bastante trânsito porque, assim, no Ministério da Agricultura, a gente foi muito bem [...], então eu estou colhendo mais do que eu colhi quando sai. Então, fruto disso, hoje eu tenho um bom trânsito no governo, eu estou em uma atividade que exige muito isso. Ministério das Relações Exteriores, ótimo; Ministério da Agricultura, maravilhoso; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, maravilhoso; aí eu aproveito para, onde eu posso, levar o Sérgio para ele atender. (Entrevista com Francisco Turra).

Portanto, está em pauta, nas concepções dos entrevistados (Francisco e Sérgio Turra), a desconsideração das condições objetivas oriundas de sua posição e trajeto social quando discorrem sobre suas motivações ou condições de possibilidade de inserção e reprodução no espaço político. Sérgio Turra, então, com uma concepção naturalizada de suas “qualidades pessoais” e de seu desenvolvimento pessoal coerente, acaba por aceitar essa “missão” que se impõe sobre si na tarefa de “contribuir para o coletivo”.

O seu mandato decorre, portanto, como ele diz de um processo de amadurecimento natural de sua personalidade: “porque eu nunca tinha tido a ideia de seguir os passos do meu pai ou de fazer política, embora eu fizesse política [...] como militante e cidadão. [...] então a partir do final de 2012 eu compreendi que tinha chegado a minha hora de fazer, com base nesse legado, a minha parte também” (Entrevista). Ou seja, de modo muito semelhante ao seu pai, a concepção de política é significada essencialmente ao âmbito das esferas partidária e eleitoral - ou remetida a concepções gerenciais e empresariais, embora, quando isso ocorre, seja com o uso de termos e nomenclaturas do setor agropecuário⁴² -, e sua inserção nela é

⁴² Não raros são os usos de termos como “granjear”, “semear”, “colher os frutos”, “plantar”, “produzir”, e também “marca”, “slogan”, etc.

referida como um “chamado”, como uma “missão”, que, após estar “estabilizado, com a construção da vida profissional e familiar”, há a possibilidade de sua doação voluntária para “seguir um caminho que eu acho que posso contribuir” (Entrevista). Na reconstrução de sua biografia, o entrevistado enfatiza, assim, o aspecto de doação, ao expor constantemente o “trabalho e o sacrifício” que a submissão aos ditames políticos requer, inclusive relembrando um período que teria sido importante para sua decisão de “entrar” na política como um grande momento de decepção. Porém, após enfrentados os obstáculos impostos ao “coerente trajeto de constituição de uma liderança política” (GRILL, 2008, p. 73), o entrevistado estaria pronto para sua empreitada.

É uma questão de respeitar a característica pessoal de cada indivíduo, pois não é porque somos irmãos que temos necessariamente os mesmos gostos e opiniões. E a gente foi criado muito junto, mas nunca o pai projetando ou forçando. Eu gosto de repetir isso porque é uma grande verdade. Então, talvez por isso alguns podem ter sido até decepcionados com algumas coisas. Porque não pense você que política é só flores. O pai concorreu ao governo em 2006, e aquele foi um momento, para mim, que quase me fez criar nojo da política, pelo que eu ouvi dos próprios companheiros. Eu acreditava que a pessoa que trabalhasse ia ter o respaldo nas urnas, e não teve. Foi uma grande decepção aquele ano para nós. Quase me afastei da política. Mas não, se eu quiser fazer algo ou combater até o que eu não concordo, até no meu partido eu tenho que estar na ação, protagonizando a ação, na vanguarda e não desistindo. Então ali ficou um momento marcante para mim. (Entrevista com Sérgio Turra).

O outro deputado em análise, Edegar Pretto, também possui um momento particular de superação de desafios, e que termina por definir esse percurso unidirecional e infalível de sua “vocação política”. Tal como o deputado anterior, a experiência está identificada com a própria trajetória social e política do pai, porém, nesse caso, por mais simples que seja o seu relato, estaria em pauta o momento em que o deputado define sua “primeira entrada, digamos assim” (Entrevista). O caso diz respeito a uma “festa da comunidade”, em que os filhos de Adão Pretto teriam como tarefa declamar uma poesia. Edegar Pretto teria sido o único dos filhos que fora bem-sucedido:

O  nico que decorou e conseguiu falar fui eu. Então, acho que ele [seu pai] pensou que o guri [Edegar] leva jeito, tinha jeito para a coisa. Então, eu decorei a trova, cantava bem com ele, que era uma trova meio de improviso. E aquela trova do filho que fica na roça e o pai que não tem terra para dar para ele. E isso comovia as pessoas. Ao ponto que eu, com então oito anos de idade, vim junto com meu pai fazer a tal trova essa em um com cio aqui na Esquina Democrática. (Entrevista com Edegar Pretto).

Nesse sentido, é importante salientarmos a repeti o de referências sobre as “festas da comunidade” que aparecem na entrevista de Edegar Pretto e também nas mitografias (GRIJÓ,

2008) dedicadas ao seu pai. Esses eventos possuem um significado e comportam a imbricação entre a forma de uma linguagem musical⁴³ e o trabalho simbólico de visão e divisão do mundo social que está contido nos versos das “trovas”⁴⁴. Ou seja, a existência dessas práticas em determinados espaços sociais nos reporta para a necessidade de considerarmos o “pressuposto antropológico” e levarmos em conta que o voto “não é necessariamente uma empresa individual e que a importância das eleições pode não se resumir à indicação de representantes ou governantes” (PALMEIRA, 1992, p. 27), já que o uso desse instrumento de comunicação (as “trovas”) em determinadas situações é indicativo da multiplicidade de lógicas, significados e códigos sociais legítimos de serem acionados de forma eficaz nas disputas que ocorrem no espaço político e nas disputas eleitorais. Decorre daí a importância da reapropriação de tais estratégias (e das relações que daí procedem) e da sua retradução em recursos passíveis de serem atualizados na trajetória dos integrantes da família.

Essas estratégias são recorrentes nos “roteiros” e nos eventos dos quais participa Edegar Preto, o que indica o trabalho de reatualização das lutas simbólicas que havia sido construído pelo seu pai⁴⁵. Entretanto, esse é apenas um dos recursos simbólicos que possuem identificação com o seu pai utilizados pela família, principalmente pelos dois filhos vinculados mais diretamente às disputas eleitorais, Edegar e Adão Filho. Após a morte de seu pai, há um intenso trabalho para que haja a perpetuação de seu legado simbólico a partir de múltiplas dimensões de notabilização social (GRILL, 2015, p. 24): o principal lema de seu pai (e de seus correligionários, mais especificamente Maragon e Marcon) é reapropriado pelo filho⁴⁶; o logotipo da primeira campanha de seu pai para deputado estadual em 1986 (em “dobradinha” com Maragon para deputado federal), a foice e a caneta, permanece o mesmo.

⁴³ Refiro-me, aqui, ao uso de determinada forma de linguagem e à sua relação com um “mercado linguístico” específico, o qual diz respeito à quando “alguém produz um discurso para receptores capazes de avalia-lo, de aprecia-lo e dar-lhe um preço.” (BOURDIEU, 1983, p. 96).

⁴⁴ Não só usada em “festas da comunidade”. Ver, por exemplo, discurso proferido por Adão Preto, em 07/11/2007, na sessão ordinária 1990/7, sobre a exploração de recursos em terras indígenas.

⁴⁵ Geralmente, tal prática é realizada com os “Cantadores do Povo”, grupo musical formado para acompanhar os “roteiros” de Adão Preto e que permanecem acompanhando seu filho. Um dos músicos, Severiano Hermes Telles, havia sido “militante” junto com Adão desde os tempos de participação nos grupos da igreja em Frederico Westphalen, sendo, posteriormente, assessor de Adão e, hoje, assessor de seu filho. Ver BACKES & ARAÚJO, 2010.

⁴⁶ “Um pé na luta, outro no parlamento”.

Outras formas de objetivação do capital social decorreram do fato de seu pai ter sido deputado estadual (1986-1990) e deputado federal (1990-2009). Foram, assim, realizados investimentos de instituição do nome do Adão Preto no plenário nove (plenário da Comissão dos Direitos Humanos e da Comissão de Participação Legislativa) da Câmara dos Deputados em 2010. De forma similar, seu nome batiza o Espaço do Fórum Democrático, localizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, desde 2011. Posteriormente, o capital simbólico objetivado está também em nome de avenida na cidade de Porto Alegre (2015), em tema de samba de enredo de escola de samba em Viamão (2015) - cidade que morou ao sair de sua cidade natal e que atualmente é espaço de investimentos políticos por parte de seus descendentes⁴⁷ -, em nomes de escolas estaduais, em instituição da Semana Adão Preto na Assembleia Legislativa, etc. Foi também objeto de produções biográficas das mais diversas, como documentário (“História da Luta Camponesa na Vida de um Poeta Cantador”) e livros (um com o mesmo nome do documentário acima e um produzido pela coleção Perfil, da Câmara dos Deputados), além de também aparecer em verbetes no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Tal fato significa a possibilidade constante de reafirmação dos recursos acumulados por Adão Preto, assim como a identificação e vinculação desses aos herdeiros que possuem maiores condições de reapropriação desse legado.

No que tange ao livro “Adão Preto - Perfis Parlamentares”, produzido pela Câmara dos Deputados, pode-se observar a relação existente entre uma iniciativa institucional e o aspecto consagrador de “heróis” por ela produzido. Esse fato se torna expressivo no caso do pai do atual deputado, visto que o livro é a organização de diversos depoimentos⁴⁸ ditos por

⁴⁷ Ver nota 28. Em agosto de 2015, o deputado estadual, junto com o “companheiro, mas também amigo de seu pai”, Olívio Dutra, receberam da Câmara Municipal de Viamão o título de “Cidadão de Viamão”. O autor do pedido de concessão foi Dédo Machado, presidente da Câmara da cidade. Dédo Machado e Alex Boscaini (ex-prefeito da mesma cidade) foram colegas e amigos de Edegar Preto no período de participação de grêmio estudantil da escola Walter Jobin, em Viamão. Nesse caso, é interessante a produção de legitimidade que um dos recebedores da homenagem expõe. Edegar Preto significa o prêmio como um ato que “atendeu, por certo, uma determinação e um pedido da comunidade de Viamão [...] e aprovado por unanimidade na Câmara” (Material disponibilizado pelo deputado em seu perfil social). Ou seja, as condições sociais de recebimento da homenagem produzidas pelas relações de reciprocidade são neutralizadas em nome da “comunidade” ou de um procedimento institucional reconhecido e legitimado como “democrático”.

⁴⁸ “É a primeira vez que a Câmara dos Deputados vai produzir um Perfil de um parlamentar, de um deputado, com uma entrevista nesses moldes, ouvindo as pessoas, construindo a lógica da sua história a partir dos depoimentos que os amigos, os parceiros, os companheiros de luta dão em relação a figura de Adão Preto.” (Marcos Maia, em solenidade da instituição do nome de Adão Preto na sala da Comissão dos Direitos Humanos

amigos, filhos, mas também pessoas não tão próximas, como “opositores políticos”, o que contribui para sua legitimação como um produto simbólico descompromissado com as condições e “razões de ser” de sua produção⁴⁹. Desse modo, apesar de o pai de Edegar Pretto destoar do padrão daqueles que historicamente ascenderam a posições sociais de domínio no espaço social do estado devido à estrutura de seus recursos, de sua trajetória e de seus princípios de legitimação, há a permanência de práticas reproduzidas por seus herdeiros (nesse sentido não só biológicos), as quais visam construir determinados patrimônios simbólicos que acabam por consagrar e legitimar o político como uma “grande personalidade”. No caso em pauta, de forma decorrente, está a legitimação do uso de determinadas heranças não só por membros da família, mas também, como Heymann (2011) adverte, da apropriação do prestígio dessa herança como modo de garantir a legitimação das instituições e dos agentes sociais envolvidos no processo de culto à memória.

Portanto, se esses foram recursos mobilizados por Edegar Pretto, principalmente após o falecimento do pai, os recursos ao longo de seu trajeto foram variados, se não tanto pela sua modalidade, já que são sempre atrelados a possibilidade de reatualização do capital social do seu pai, por suas condições de uso. Ou seja, trata-se de referirmos agora um pouco da “ordem em que essas propriedades advieram ao indivíduo e o constituíram” (PASSERON, 2015, p. 220).

Como já foi mencionado, as eleições de 1986 foram decisivas para o itinerário do grupo familiar. Edegar, três de seus irmãos (outros três permaneceram no “interior” e uma das irmãs permaneceu na Fazenda Anoni⁵⁰) e sua mãe mudaram-se para Viamão, em decorrência da ocupação do cargo de deputado estadual por seu pai. Essas eleições foram

e da Comissão de Participação Legislativa). Ver “Inauguração do Plenário Adão Pretto: um símbolo da luta por justiça social” em Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (2012).

⁴⁹ “E quis, por ironia do destino, que, ao ser aprovada a proposta aqui na Câmara dos Deputados, ao ser encaminhada, coubesse a realização ao Sr. José Araújo, um dos nossos consultores legislativos da Casa, mas também a Ana Luiza Backer - levante o seu braço aqui, Ana -, que é filha de Enide Backes; a nossa companheira Enid, fundadora da CUT, dirigente sindical por muitos anos no Estado do Rio Grande do Sul, que tem a responsabilidade de produzir esse material”. (Marcos Maia, em solenidade da instituição do nome de Adão Pretto na sala da Comissão dos Direitos Humanos e da Comissão de Participação Legislativa). Ver “Inauguração do Plenário Adão Pretto: um símbolo da luta por justiça social” em Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (2012).

⁵⁰ Ocupação da Fazenda Anoni, em 1985.

importantes porque firmaram uma aliança, objetivada na “drobradinha”, entre Adão Preto e Marangon, que se estenderia por 8 anos. Com 19 anos, após trabalhar com seu pai, atua no processo eleitoral de 1990, pleito que coloca Adão Preto no cargo de deputado federal e Antonio Marangon no cargo de deputado estadual. Nesse período, trabalha como “assessor” na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, presidida por Marangon, além de atuar em outros serviços que não os estritamente formais, como “acompanhar” em viagens, eventos, etc.

O importante nesse período, portanto, é a constituição do deputado como um mediador (GRILL, 2012), como um elo de ligação entre Marangon, no nível estadual, e seu pai, no nível federal, ou, mais especificamente, entre a manutenção das “bases” e dos recursos da região do Alto Uruguai, reduto eleitoral de ambos deputados, e das condições de acesso aos recursos do “centro” do poder. Ou seja, objetivamente, Edegar acrescenta o vínculo de parentesco em uma dependência já calcada pelas relações de reciprocidade com base na amizade. Assim, como verificado em Lima (2010), o processo de divisão familiar do trabalho especializado de dominação política inclui estratégias que visam situar os familiares nas mais diversas instâncias do espaço político nacional, não sendo possível, portanto, compreender a reprodução familiar ao restringir as análises às fronteiras oficialmente instituídas.

Em 1995, Edegar Preto, com 24 anos, como “já conhecia [o prefeito Edegar Rosseto], conhecia a região, porque a região de Palmeira das Missões era a principal base do meu pai” (Entrevista), é “convidado” pelo prefeito supracitado para assumir em Novo Barreiro como chefe de gabinete e, posteriormente, como Secretário da Fazenda. Como sempre frisado pelo atual deputado estadual quando se refere aos pleitos que participou, atuou como “coordenador” da campanha - “bem-sucedida” - de reeleição do sucessor à prefeitura da cidade, João Klein. Junto com o novo prefeito, teria atuado como Secretário de Administração.

A aliança entre Adão Preto, Edegar Preto e Antonio Marangon é suspensa – o que não significa uma ruptura nas suas relações⁵¹ –, então, quando o último se candidata a prefeito de Palmeira das Missões, nas eleições municipais de 1996, sendo eleito. Nas eleições de 1998,

⁵¹ Marangon permanece visitando o gabinete do atual deputado estadual. No último governo do PT no estado, estava no cargo de Diretor do departamento de Articulação com os Municípios.

o novo polo da aliança passa a ser Dionilso Marcon, também oriundo dos “movimentos sociais” e das organizações católicas “progressistas”, com vínculos principalmente com o MST e com a COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul⁵²), da qual foi presidente.

Como eu tava na região, e ela é a principal base nossa, eu ajudei a coordenar a campanha do Marcon, né. Pouca gente conhecia ele. Eu era até mais conhecido do que ele. Não andava com meu pai, mas andava com ele, representando nas reuniões e tal. O Marcon foi eleito e me convidou para ser chefe de gabinete dele. Eu vim pra cá e fiquei chefe de gabinete dele por três mandatos de deputado estadual [...]. É, tipo, o Marcon saía, e eu estando junto, digamos, o Adão estava representado. E as campanhas foram assim e os mandatos também. Nós tínhamos um elo muito forte. Também porque era a mesma base, mas pela minha permanência no gabinete do Marcon, como chefe de gabinete, nos dois mandatos, tinha um vínculo muito forte, né. (Entrevista com Edegar Pretto).

Assim, após mais de 10 anos desde sua “entrada” mais direta com as atividades vinculadas à política eleitoral, a trajetória do atual deputado estadual é marcada por uma inserção precoce e variada nos cargos públicos. Entretanto, diferentemente do grupo familiar anteriormente analisado, a base de sua legitimação se encontra menos em um reconhecimento de sua “excelência” na frente desses cargos – embora esse aspecto não esteja ausente – e mais na sua condição de “lutador”, “engajado”, de possuir uma “veia militante” e de “defender seus ideais”⁵³.

Nesse sentido, os investimentos em escolaridade realizados pelo deputado assumem muito mais um caráter secundário em relação aos seus outros recursos sociais e seus outros princípios de legitimação. Inclusive, quando o entrevistado se refere ao seu processo de formação educacional, isso ocorre sempre permeado pelos significados, pelas lógicas e pelos princípios de visão e divisão do mundo que herdou de seu pai, no sentido de uma “politização generalizada de qualquer relação social” (CORADINI, 2001, p. 122). A reconstrução de sua biografia é, portanto, realizada de modo a marcar a sua escolaridade como mais um elemento distintivo de sua condição vocacionada para a “militância”, e é assim que a referência à

⁵² O irmão mais velho de Edegar Pretto é atualmente o presidente da COCEARGS.

⁵³ Embora não se tenha encontrado material relativo à sua primeira campanha eleitoral, em 2010, a de 2014 serve como demonstrativo da perpetuação dos usos dos referenciais simbólicos que o identificam ao seu pai, assim como a ênfase em sua “militância”, como suas origens “nas lutas do povo”, nos “movimentos sociais” e na representação como “voz do trabalhador”: “saiu igual ao pai”.

“fundação” do grêmio estudantil de sua escola adquire sentido⁵⁴. De forma semelhante, a referência a sua formação superior em Gestão Pública, realizada de forma paralela ao seu mandato de deputado estadual, aparece como um instrumento que auxilia na atividade parlamentar, mas, ao mesmo tempo, coloca que: “o meu pai não tinha a terceira série [...] então ele desenvolveu outras forças, outras formas de atuar”, ou seja, “não é ela que me dá sensibilidade” (Entrevista); o que mostra que, em última instância, privilegiar a ênfase nos seus atributos escolares é negar as condições que possibilitam a reapropriação do capital simbólico de seu pai, logo, as condições de reprodução de seu grupo familiar.

Por último, cabe comentarmos sobre o processo de sucessão política que ocorreu após o falecimento de seu pai em 2009. Como afirma Edegar Pretto, um mês depois do ocorrido, teria começado o “debate político: e agora, como é que vai ficar?”. Os participantes desse debate teriam sido aqueles que estavam na equipe de trabalho do seu pai, alguns representantes do MST, Olívio Dutra e Marangon. Como resultado, teria ficado decidido que Marangon iria se candidatar no pleito de 2010 para deputado federal, enquanto Edegar se candidataria a deputado estadual.

Portanto, o importante de nos atermos aqui é à representação que o entrevistado faz desse processo. Ou seja, na percepção do caráter “automático” da sucessão e no fato de expor as possibilidades de se constituir como herdeiro legítimo, em decorrência do resultado de seu “trabalho” e de seu papel “ativo” como porta-voz de determinados grupos sociais, assim como na ênfase em sua condição de *desinteressado* e de sua sujeição à “tarefa” e àqueles que seriam responsáveis pela sua “delegação”, no caso, os “movimentos sociais”.

Neste sentido, há uma dissimulação da relação desigual entre o representante e o representado, logo das condições de produção simbólica da representação, de forma que, em nenhum momento, há a referência a algum aspecto que se aluda a antinomia da delegação (BOURDIEU, 2004). O próprio poder de fundar ou extinguir a existência social do grupo pelo representante passa a ser naturalizado, sendo que os representados aparecem como ratificadores de uma condição de sucessor previamente constituída.

Sim, mas também não foi escolha. Muito francamente, eu fui delegado para isso. Também nunca tinha concorrido a nenhum cargo, sempre trabalhei, sempre estava ativo. Mas também não me via como candidato, né. Mas foi meio que uma decisão

⁵⁴ Ver nota 41.

automática. Porque olharam e [disseram] “quem é que mais representa a figura do Adão, que conhece a trajetória, que tem relação com a sua base?”. Então caiu sobre nós essa tarefa aí de sermos candidatos. (Entrevista com Edegar Preto).

Portanto, o capítulo analisa como dois deputados estaduais da 54ª legislatura utilizam os recursos sociais que foram disponibilizados pelas suas respectivas origens e trajetórias sociais, de modo a perpetuar o legado de seus antecedentes, concomitantemente ao processo de reprodução familiar no espaço social gaúcho. Assim, embora os deputados sejam muito dispares em relação a suas posições sociais, a análise procurou mostrar como esses diferentes recursos possibilitam manejar diferentes referenciais simbólicos e princípios de legitimação, assim como demonstrar a possibilidade de concepções “políticas” que estão em disputa no espaço político gaúcho.

5 ASCENSÃO NO ESPAÇO POLÍTICO: a manutenção de lealdades familiares.

Nesse capítulo, aborda-se os recursos mobilizados na trajetória do deputado estadual eleito com menor votação no pleito eleitoral de 2014, João Reinelli, do Partido Verde. A relevância desse deputado para a pesquisa em pauta está no fato de que a sua inserção na Assembleia Legislativa do estado demonstra o resultado de uma estratégia familiar bem-sucedida de ascensão dentro do espaço político rio-grandense. Ou seja, como o deputado diz, apesar de que se tenha “envolvimento, a família sempre teve envolvimento com a política” (Entrevista com João Reinelli). A atuação familiar no espaço político é majoritariamente restrita à sua cidade, Nova Prata, porém, o último deputado estadual representante da “região” (na definição geográfica do deputado: principalmente, Nova Prata, Vereanópolis, Nova Bossano) foi o cunhado de um tio seu, Lino Zardo⁵⁵, que completou seu último mandato há 36 anos⁵⁶.

A família do deputado estadual em questão possui antecedentes vinculados ao espaço político que remontam às “lideranças” da República Velha. Seu avô paterno é o elo principal dessa herança política. José Reinelli é um integrante familiar que, nos dizeres do deputado, “teve uma militância política que a gente não sabe muito bem [...] a gente não tem muita ideia do que ele andou fazendo antes”. Porém, há algumas referências que fundam aspectos de sua identidade, como, por exemplo, um caso envolvendo sua estadia em um hotel de Porto Alegre e a sua detenção por guardar diversas armas em seu quarto. Verdade ou não, a referência possui sua importância como “mito fundador” de um imaginário familiar que remonta a uma relação estreita entre a família e o espaço político gaúcho, muito marcado pelas disputas armadas entre facções rivais. Outra menção, essa posta como verídica, é a da

⁵⁵ Lino Zardo foi vereador em Nova Prata pelo PTB e depois se filiou no “MDB e PMDB de Pedro Simon”. Já pelo MDB, foi deputado estadual entre os anos de 1967-1979. Ver: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Lino Zardo: um defensor da redemocratização do Brasil em: [<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/216481/default.aspx>]. Acessado em 17 de dezembro de 2015.

⁵⁶ Cabe lembrar que Urbano de Moraes, oriundo de Veranópolis, também foi deputado estadual. Nesse caso, a filiação partidária era a ARENA.

relação de “amizade” de seu avô com Borges de Medeiros, com visitas do avô e do pai do entrevistado – esse ainda muito pequeno - a sua casa em Porto Alegre (sem certeza, o entrevistado remonta o encontro no ano de 1945). Nesse período, seu avô seria vinculado à UDN, partido político anti-getulista, criado em 1945 e apoiado aqui no Rio Grande do Sul por Borges de Medeiros⁵⁷.

Não se sabe sua cidade de origem, mas esse avô teria chegado à Nova Prata e teria se casado com a avó de João Reinelli, filha de um Luzzatto. O pai de sua avó paterna, portanto, também tinha envolvimento “político” na cidade de Nova Prata, tendo sido um dos envolvidos no processo de emancipação da cidade. Em Nova Prata, José Reinelli teria sido responsável por um cartório judiciário - elemento que mostra uma posição social imbricada com o próprio Estado. Posteriormente, o cartório foi transmitido para os seus descendentes. Seus dois filhos teriam trabalhado lá, sendo um deles o pai do atual deputado estadual. De acordo com o deputado, o seu pai, falecido em 2003, não “teve o prazer de [lhe] ver nem vereador, tampouco deputado, mas ele ficaria muito feliz, certamente. Ele nunca se candidatou. Sempre esteve envolvido em política, mas nunca colocou o seu nome em apreciação, ele nunca quis ser avaliado” (Entrevista). O seu tio, porém, foi vereador e candidato a prefeito em 1982 pelo PMDB (faleceu cerca de um mês antes do pleito), e o esposo de sua tia, vinculado ao PP, foi presidente da Câmara de Vereadores da cidade. O deputado estadual também tem “primos que trabalham há 40 anos na Assembleia Legislativa”.

As informações sobre a genealogia familiar do lado materno também carecem de detalhes. Porém, sabe-se que sua mãe nasceu em Passo Fundo e lá formou-se em Pedagogia, habilitada para lecionar História e Psicologia. De acordo com o relato de João Reinelli, sua mãe, embora nunca tenha sido filiada nem concorrido a nenhum cargo, “era do PTB, getulista, tinha uma origem política mais para o trabalhismo, sempre gostou de política”, o que resultou em um espaço familiar íntimo com “boas discussões, já que nem todo mundo era alinhado nas mesmas linhas políticas”, e já que sua mãe “tem o direcionamento mais esquerdista da família, inclusive em relação ao [seu] pai, que era do MDB” (Entrevista). Nesse caso, o

⁵⁷ A UDN foi “fundada” no Rio Grande do Sul com a participação de Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha. Três dissidências de relações com Getúlio Vargas, respectivamente em 1932, 1937 e 1944.

deputado estadual lembra que sua mãe, juntamente com a sua turma de colégio, na década de 40, teriam ido visitar Getúlio Vargas no Catete a partir do convite de um deputado de Passo Fundo. Também lembra do convite realizado pelos alunos de sua mãe, “muitos dos que militam hoje no PT”, para que ela se filiasse ao Partido dos Trabalhadores. Convite que fora negado, devido a conselhos de seu marido sobre os perigos da repressão da ditadura ainda em voga.

A ênfase nesses relatos que vinculam sua família a acontecimentos “políticos” reconhecidos como importantes ou, no caso de sua mãe, a origens políticas mais de “esquerda”, adquire sentido não só devido ao estabelecimento de referenciais simbólicos que o identificam como pertencente legítimo à posição no espaço político na qual se inseriu posteriormente, mas também devido a uma reconstrução biográfica de sua trajetória que estaria relacionada a uma “evolução” de posições “mais à esquerda” até a sua posição atual, mais “razoável”.

Nessa reconstrução, a própria condição objetiva entre o entrevistador e o entrevistado passa a impor no deputado estadual uma apresentação oficial de si (BOURDIEU, 2014b) que o conduz a uma contínua necessidade de confirmar as supostas expectativas “esquerdistas” do entrevistador, assim como em demonstrar o aspecto natural da “evolução” de suas posições sociais e políticas. Ou seja, o recente ingresso no espaço legislativo atual e o fato de estar sendo entrevistado por um estudante de Ciências Sociais relativamente jovem faz com que o deputado se refira continuamente a sua “juventude” mais à “esquerda”, mas também na superação de “conceitos e práticas ultrapassadas” que estariam referenciadas a esse seu passado.

No sentido dessa reconstrução biográfica, além de a ênfase na negação - ou “superação” - de referências balizadas por termos como esquerda/direita advir de suas condições sociais atuais, de suas vinculações ideológicas e da situação da entrevista, a decorrência da negação desses termos como forma de sua legitimação também implica um aspecto mais conjuntural. Tal aspecto diz respeito ao contexto do governo do estado do Rio Grande do Sul - no qual João Reinelli compõe a base governista - e do país, contexto, por exemplo, de aprovação do aumento dos impostos no estado⁵⁸ e de determinadas diretrizes

⁵⁸ Lei que eleva alíquota do ICMS, aprovada em 22-9-2015. A entrevista foi realizada duas semanas após.

econômicas postas em prática pelo governo federal. Diante disso, as discussões “econômicas”, remetidas sempre entre os polos “Estado” x “Mercado”, são transfiguradas em termos políticos (CORADINI, 2001) de modo que o aspecto de sua “evolução”, que o próprio João Reinelli remonta a um maior apreço pelo segundo polo, aparece traduzido de forma eufemística em termos como “razoabilidade”, “modernização” e “readequação do Estado”⁵⁹ – e, assim, na “superação” de suas posições “esquerdistas” e “direitistas”.

Como eu te disse, eu participei dos caras-pintadas, achava que o Collor era uma aberração. Como todo adolescente é de esquerda, não tem como um adolescente não acreditar... Depois, tu passas a ver que não é bem assim, que é uma coisa, uma terra infértil a esquerda [...]. Eu sou prova viva que evolui, né. Atualmente, eu sou um liberal⁶⁰.

[Atuação como parlamentar] é uma novidade para mim. E agora estamos aqui, na Assembleia, com o primeiro parlamentar do partido verde, passando por uma situação um pouco difícil devido a situação econômica do estado do RS.

Não me vejo como esquerdista, mas também não me vejo como direitista. Tudo que é extremo não é razoável, a gente tem que buscar a razoabilidade, buscar o entendimento. (Entrevista com João Reinelli).

É a partir dessas condições objetivas existentes na entrevista e em seu contexto que seu relato pode ser compreendido. João Reinelli, nascido em 1974, permanece em sua cidade natal até 1990, quando se muda para Porto Alegre para estudar em um “cursinho universitário” com o intuito de ingressar em uma universidade federal. Mora com um de seus irmãos já estabelecido na cidade. Formado em Medicina pela UFSPA (2002), volta para Nova Prata e passa a exercer sua profissão em um posto de saúde. De acordo com o seu relato, sempre foi “médico de família”, nunca possuiu um consultório particular. Cabe ainda ressaltar que o deputado estadual possui investimentos em um “bar/restaurante”⁶¹, embora essa informação não tenha sido salientada na entrevista nem em nenhuma fonte que tenha veiculadas informações sobre sua campanha. Além disso, sobre os investimentos educacionais realizados pela sua família, seu irmão mais novo é formado em Direito na PUCRS, enquanto que seu irmão mais velho, em Engenharia na mesma universidade.

⁵⁹ No caso, as referências do deputado estavam direcionadas aos debates atuais sobre a importância ou não de algumas estatais e sobre o funcionamento ou não do livre mercado.

⁶⁰ Essa afirmação foi mencionada, inclusive, para narrar o ocorrido em uma reunião de líderes, em que Reinelli se opõe a determinado colega parlamentar. Um deputado já teria 30 anos de comunista, sendo então um “travado”.

⁶¹ Ver em anexo a tabela de declaração de bens de João Reinelli.

Assim, pode-se perceber as suas origens sociais vinculadas a uma posição relativa de dominância social, com antecedentes familiares vinculados ao espaço político e com condições sociais que possibilitaram o forte investimento educacional. Embora João Reinelli tenha participado, quando era “jovem”, do movimento dos “caras-pintadas”, das “Diretas Já” e tenha tido, inclusive, uma fase em que “acreditava no PT” – fatos que implicam no seu inerente aspecto de “ente político” autodeclarado -, sua relação com o movimento estudantil foi de aversão. Para o deputado, a importância do período em que foi estudante está relacionada à possibilidade de ter estudado com colegas que “metade são de Porto Alegre e metade são do interior do estado”. Esse fato teria sido importante para sua eleição, já que fez com que obtivesse votos em um diversificado número de municípios⁶².

Não, nunca fui de movimento estudantil, nunca me envolvi durante a universidade, até por ter uma imagem meio negativa do movimento estudantil. Porque a imagem que eu tinha era que o pessoal que participava ali queria ter vantagens. Era a imagem que eu tinha do movimento estudantil, não só na faculdade dali, mas das faculdades dos meus amigos que estudavam Direito na PUC. Que se falava muito que o movimento estudantil não era muito sério e coisa. (Entrevista com João Reinelli).

Sendo assim, suas origens sociais e seus recursos adquiridos disponibilizam outros trunfos sociais. Embora sua campanha tenha sido focada também em uma concepção de “representação regional”⁶³, as condições objetivas de inscrição no espaço político se encontram principalmente em sua posição social em conjunto com determinados critérios de excelência social que vinculam sua atuação como “médico familiar e de posto de saúde” ao de uma pessoa “bem quista na sociedade”, assim como o uso de relações construídas pelos seus

⁶² Recebeu votos em 111 municípios.

⁶³ Suas pautas eleitorais também abarcam reivindicações sobre “meio ambiente, infraestrutura de rodovias e saúde”. No caso do meio ambiente, se trata de determinada concepção específica sobre o tema e de sua maior mobilização posterior à ocupação do cargo de deputado estadual. Ou seja, não há, em sua trajetória, uma inserção em determinadas esferas vinculadas ao “tema ambiental” que pudesse gerar recursos reconversíveis em capital político. O deputado salienta: “por ser do PV, é minha obrigação ter esse tema como central no meu mandato”. Tal fato, entretanto, não impede que o deputado remonte, retrospectivamente, sua “consciência” dos “problemas ambientais” à sua mais tenra idade, já que a cidade de Nova Prata seria “pioneira” na questão ambiental, principalmente com a instituição “Congresso Florestal Estadual”. Assim, a trajetória social e os princípios ideológicos do deputado concebem a questão ambiental como uma forma de gerenciar os recursos naturais de forma a evitar futuras “frustrações econômicas” que decorreriam da falta de “preocupação com aquele capital que iria se esgotar” (como teria ocorrido na sua cidade na década de 50, de acordo com o entrevistado, que utiliza o termo “capital” para designar matéria-prima). Nesse sentido, o uso do termo “sustentabilidade”, muitas vezes referido nas entrevistas para designar a “bandeira do seu partido”, mas também para mencionar sua concepção de estado e de meio ambiente, adquire o aspecto eufemístico de uma concepção de ordem social fundamentada em seus aspectos gerenciais e administrativos.

familiares. Nesse primeiro aspecto, não se trata propriamente da atividade médica em seu aspecto “técnico” de exercício profissional, mas sim da possibilidade de construir relações personificadas de reciprocidade, incluindo a patronagem profissional (CORADINI, 1997).

Eu trabalhava como médico em um posto de saúde⁶⁴. Eles achavam que eu tinha possibilidade de me candidatar como vereador e ter êxito porque eu estava em boa conta com a população, né... eu sou bem visto ali no meu trabalho. Não é uma cidade muito grande. É um trabalho muito próximo das pessoas. E se tu tratar as pessoas com a dignidade que elas merecem, isso basta, em um trabalho desse de posto de saúde. É muito mais o afeto, a recepção dessa pessoa do que propriamente o tratamento da doença. Eu sempre fui só médico de família, nunca tive um consultório próprio e particular. Então minha dedicação profissional era toda para aquela comunidade ali. Isso acabou refletindo para que a comunidade me tivesse em boa conta.

No que tange ao aspecto da possibilidade de uso de trunfos sociais acumulados ao longo da trajetória familiar, encontra-se principalmente a mobilização de recursos herdados do seu pai e do seu tio. Essas heranças, porém, requerem a manutenção de determinadas relações de lealdade a determinados vínculos construídos previamente.

Nas eleições para prefeito ocorridas em 1982, as principais “lideranças” que estavam disputando no município de Nova Prata, nos dizeres do deputado, era o seu tio que faleceu antes do pleito e Vitor Pletsch. Pletsch, que já havia sido vice-prefeito, vence as eleições, e, posteriormente, ainda seria prefeito da cidade por mais quatro vezes. É importante salientar aqui que nesse período das eleições de 1982, a família de Reinelli era “rival, inimiga política” da facção de Vitor Pletsch e, já no final da década de 90, o pai de Reinelli (então aposentado do trabalho no cartório judicial) passa a trabalhar na prefeitura como chefe de gabinete de Vitor.

João Reinelli, então, que “não tinha envolvimento político, nunca [teve] ficha assinada em nenhum partido”, foi convidado pelos “seus amigos de longa data” para ingressar como candidato pelo PV. Sua filiação ocorreu, então, em 2011, com vistas ao pleito de 2012. Foi eleito vereador nesse ano e, em 2014, se tornou presidente da Câmara de Vereadores de Nova Prata, sendo que o “Vitor Pletsch [lhe] ajudou muito na campanha” (Entrevista).

No que tange às eleições de 2012, cabe atentarmos para ao fato de que Reinelli apoia a sucessão do vice-prefeito, Volnei Minozzo, que também tinha o apoio de Vitor Pletsch

⁶⁴ O deputado atuou como “médico” nas cidades de Nova Prata, São Jorge, Protásio Alves e André da Rocha

(então prefeito da cidade pelo PSB). Sendo eleito o seu candidato para a prefeitura, o irmão de Reinelli (“advogado” e mais novo) participa do governo como secretário do planejamento. Porém, após um ano, nos dizeres de Reinelli, há uma “ruptura” devido ao fato de Volnei Minozzo ter “virado as costas... [o Volnei] tentou se reaproximar de todo mundo que foi contra ele nas eleições para prefeito [...]” (Entrevista).

A constatação pelo deputado da característica natural desses processos de ruptura leva, portanto, à verificação da inexistência em sua cidade de partidos políticos no sentido de empreendimentos permanentes (WEBER, 2014), já que efêmeros e submissos aos conflitos faccionais operados pelas “elites”. Teria sido, então, a partir desse ocorrido que o “Vitor teve que sair, mudar de partido, fundar o PSD, porque ali houve um rearranjo”. A possibilidade de disputa futura da prefeitura de sua cidade está, portanto, submetida à obrigação de retribuição de apoio à Vitor Pletsch, “porque agora é o Vitor que vai ir, e com o meu apoio certamente. Mas mais para frente eu não sei.” (Entrevista).

Porém, embora considere naturais essas rupturas na política, pode-se compreender que a classificação utilizada por João Reinelli, ao interpretar o episódio do qual ele fez parte como “falta de coerência” do atual prefeito da cidade, decorre de uma concepção política em que a quebra de um apoio considerado tácito é vista como uma deslealdade, já que vai contra aquilo que seria esperado em uma relação de reciprocidade na qual ele, Volnei Minozzo e Vitor Pletsch estariam vinculados. Porém, ainda assim, o deputado também mobiliza a apreciação da população como forma de frisar o aspecto ilegítimo dessa conduta e afirma que esse não é o modo em que ele atua, já que a “população não engole” essas atitudes.

Nas eleições de 2014, João Reinelli, filiado ao Partido Verde e coligado ao PSC e o PEN consegue assumir a última vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foi apoiado, então, por Vitor Pletsch e pelo vereador, e atual presidente da Câmara da cidade de Vereanópolis, Vladis Scorsatto, também do PV⁶⁵. No entanto, além dos aspectos das coligações partidárias e das condições institucionais que viabilizaram sua eleição (o aspecto da proporcionalidade, principalmente), estão os recursos e as condições que

⁶⁵ Ao todo são 8 vereadores do PV no estado do Rio Grande do Sul. Para a eleição, o deputado diz que só fez campanha nos últimos 40 dias e que visitou duas vezes Vereanópolis e duas vezes Nova Bossano. Ambas cidades localizam-se muito próximas à Nova Prata.

possibilitaram a seleção e o recrutamento prévio de João Reinelli como candidato legítimo ao pleito eleitoral.

Nesse caso, tendo em vista que boa parte da crença no capital político de João Reinelli decorre das possibilidades de reconversão do crédito simbólico acumulado por sua família em sua cidade e em sua região, ou melhor, decorre das condições de reconversão dos princípios de hierarquização social que estruturam a percepção de seus eleitores em princípios de hierarquização política (GRILL, 2008, p. 21), boa parte das referências do deputado ao espaço político está relacionada com a necessidade de gerenciar esse patrimônio a partir de estratégias que buscam controlar os momentos de “apreciação” frente a sua base eleitoral. Inclusive, a constante referência a termos como “ser bem visto”, “ter em boa conta”, ser “avaliado”, “colocar o nome em apreciação”, remonta à preocupação e à imbricação entre a legitimidade do governo do qual faz parte e do capital simbólico pessoal e familiar.

Mas eu não tenho dúvida nenhuma de que eu ter sido filho dele, pela credibilidade dele na cidade, me ajudou muito a fazer quase metade dos votos válidos na minha cidade. Eu acredito até que, se as pessoas tivessem acreditado que, com apenas 10 mil votos [eu seria eleito], eu poderia ter feito mais votos em Nova Prata.

O meu irmão adoraria ser candidato na próxima eleição. Acho que gosta até mais do que eu, o advogado. O outro irmão não está nem aí. O meu irmão que é advogado gostaria sim, mas eu estou tentando dissuadi-lo a não concorrer porque eu acho que no momento tão recente de ter aumentado o imposto e etc., eu não gostaria de colocar o nome da minha família em avaliação, entende? Acho que não é positivo para mim que, de repente, vá querer concorrer, pôr o nome dele pra..., logo em seguida de ter aumentado [o imposto do ICMS], porque isso gera um desgaste na minha cidade. Aqui eu passo na rua e ninguém me conhece (Entrevista com João Reinelli).

É desse modo que o atual deputado estadual expressa uma inserção tardia nas disputas do polo político eleitoral, embora sua família já ocupasse uma posição considerável, e agora em ascensão, dentro do espaço político gaúcho do Rio Grande do Sul. Seus principais recursos políticos são aqueles herdados e vinculados ao reconhecimento social e à reatualização constante das relações de lealdade firmadas pelos seus antecedentes, principalmente por aquelas construídas pelo seu pai e pelo seu tio. É também a expressão de uma trajetória social que reafirma a sua posição social de domínio no espaço social. Tal fato possibilita que o deputado mobilize determinados princípios de hierarquização social de seus eleitores e, mediante o reconhecimento de sua “excelência social”, garanta as condições de seleção prévia às disputas políticas do estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em pauta, portanto, teve o intuito de analisar as possibilidades de usos de recursos sociais variados na trajetória social e política de três deputados estaduais da 54ª legislatura como forma de compreender as condições e as estratégias sociais de reprodução de “grupos familiares” no espaço político gaúcho. O estudo priorizou a escolha de três deputados estaduais que são expressão de diferentes condições sociais de origens, de inserções em esferas sociais variadas ao longo de seus trajetos e, conseqüentemente, de se situarem em posições sociais atuais distintas. Nesse mesmo sentido, devido a impossibilidade de dissociação da trajetória individual e da trajetória “familiar”, os deputados estaduais demonstram as possibilidades que determinados “grupos familiares” possuem de reproduzir suas posições dentro do espaço social e político do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista o aspecto periférico da sociedade na qual esses deputados estão inseridos, o estudo verificou a importância crucial que os recursos sociais oriundos dos patrimônios e das heranças materiais e simbólicas de seus respectivos “grupos familiares” possuem para o processo de seleção e recrutamento prévio às inserções no pólo político voltado para as disputas eleitorais. Também mostrou as condições de usos de recursos sociais estabelecidos a partir de relações firmadas em laços de reciprocidade familiar e as suas possibilidades de “reconversão” em capitais políticos passíveis de serem mobilizados no decorrer de suas atividades “políticas”.

Concomitantemente, a partir da análise dos trajetos dos deputados estaduais, esteve em pauta as modalidades de suas inserções junto as esferas sociais variadas. Junto com as referências as suas condições sociais de origem, foi possível verificar as modalidades em que ocorrem as relações com essas esferas sociais e como elas podem possibilitar a aquisição e o usos de recursos sociais, principalmente os capitais sociais acumulados a partir da expansão de relações de “amizade”, mas também como abrem a possibilidade de produção de princípios de legitimação social e político frente as suas bases eleitorais a partir da ênfase em determinados aspectos de suas biografias sociais.

Edegar Pretto, Sérgio Turra e João Reinelli são, portanto, pertencentes a “grupos familiares” que se inseriram no espaço político do estado em diferentes períodos e mediante o uso de estratégias sócias diversificadas. Assim, devido as suas respectivas origens, trajetórias

e posições sociais atuais, cada deputado possui condições diversas de mobilização de trunfos e referenciais simbólicos variados em suas atuações como “profissionais” da “política”. Cabe salientar, por fim, que longe de uma conclusão sobre os recursos e as possibilidades de estratégias postas em prática pelos deputados e pelos seus “grupos familiares”, deve-se atentar para o processo contínuo do trabalho social de reprodução de suas posições, assim como o fato da possibilidade de expansão de seus recursos sociais e de seus usos, principalmente pelos dois deputados estaduais que se encontram em seu primeiro mandato eletivo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIE, B; HERMET, G. **Política Comparada**. México. Ed: Fondo de Cultura Economica, 1993

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro. Ed: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1982

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro. Ed: Marco Zero imitada, 1983

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed: vozes, 1998.

_____. **A Produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Ed: Zouk Editora, 2001.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo. Ed: Brasiliense, 2004

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Ed: Zouk Editora, 2006

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa. Ed: Edições 70, 2011.

_____. **Sobre o Estado**. 2014^a.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP. Ed: Papius, 2014b.

BOURDIEU, P. BOLTANSKI, L. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. **Escritos de Educação**. Editora Vozes, 1998.

CORADINI, O.L. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. **História, Ciência, Saúde**. Manguinhos, n. 3, pg. 425-466, nov. 1996, feb.1997

_____. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. FELIX, L.O.; ELMIR, C.P. (orgs.). **Mitos & Heróis**: Construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998a.

_____. Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral em um Município de Imigração Italiana. BARREIRA, Irllys. PALMEIRA, Moacir (orgs.) **Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo. Ed. Annablume, 1998b.

_____. **Em nome de quem?** Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas. Rio de Janeiro. Ed: Relumé-Dumará, 2001.

_____. Escolarização, militância e mecanismos de "participação" política. In: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys. (Org.). **Como se Fazem Eleições no Brasil; Estudos Antropológicos**. 1a.ed.Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v. , p. 103-153.

_____. As Missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. nº 32, pg. 125-144. 2003

_____. (org). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições**. Porto Alegre, Ed: Editora da UFRGS, 2008

_____. Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. **Revista de Pós Graduação em Ciências Sociais**. São Luis. v. 9, n. 17, jan/jun. 2012

BACKES, Ana Luiza; ARAÚJO, José Cordeiro de. **Adão Preto**. Brasília. Ed: Câmara dos Deputados, 2010, Série Perfis Parlamentares.

BORDIGNON, Rodrigo. **Recursos Sociais e Modalidades de entrada na política: recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Um Capital Político Multiplicado no Trabalho Genealógico. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, São Luis. v. 8, n. 15, pg. 77-95, jan/jun. 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Ed: Zahar, 2014.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê?. **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**. CORADINI, O.L (org). Porto Alegre. Ed: UFRGS editora, 2008.

GRILL, Igor. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**. Pelotas. v. 10 (2), pg. 159-197, ago, 2004

_____. “Família”, Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. **Revista TOMO**. São Cristóvão. Nº10, jan/jun, 2007.

_____. Heranças políticas no Rio Grande do Sul. São Luis. Ed: EDUFMA, 2008

_____. “Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza. V. 43, nº 2, pp. 137-157, Jul/dez, 2012.

_____. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**. V. 23, n. 54, pg.21-42, jun.2015.

_____. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. MARENCO, André (org.). **Os Eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Ed: Editora da UFRGS, 2013

GRILL, Igor G; REIS, Eliana T. A Universidade como um “viveiro” de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. São Luis; V. 12, n. 23, pg. 61-90. Jan/jun de 2015.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.14, 1990

HEREDIA, Beatriz M.A. Política, Família, Comunidade. **Antropologia, voto e representação política**. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs). 1996

HEYMANN, Luciana Q. Memórias da Elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, São Luis. v. 8, n. 15, pg. 77-95, jan/jun. 2011.

LAGROYE, Jacques. **Sociología Política**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 1994

LIMA, João G. N. **Diversificação de papéis e divisão do trabalho político especializado**: análise a partir de uma “família de políticos” do Maranhão. 2012. pg 270. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão.

MICHEL, M. Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo. Ed: Atlas, 2009

MOSCA, Gaetano. A Classe dirigente. In: SOUZA, Amary de. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro. Ed: Zahar, 1966

PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, p. 26-30, 1992.

_____. Política, Facções e Voto. **Antropologia, voto e representação política**. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs). 1996

PASSERON, Jean-claude. **O Raciocínio Sociológico**. Rio de Janeiro. Ed: Vozes, 2015.

REIS, Eliana T; GRILL, Igor G. Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Revista TOMO**, São Cristovão. n. 13, pg. 127-168. Jul/dez de 2008.

SAINT-MARTIN, Monique de. A Nobreza em França: a tradição como crença. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 7, n. 20, out, 1992.

_____. Da Reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Revista TOMO**. São Cristóvão. N. 13, jul/dez. 2008.

VASCONCELOS, Pedro. R. **Família e o Espaço da Política: recursos sociais e usos do parentesco no legislativo federal**. 2015. pg 47. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Rio de Janeiro. Ed: Academia Brasileira de Letras, 2006.

WEBER, Max. **Escritos Políticos**. São Paulo. Ed: Martins Fontes, 2014.z

WOLF, Eric. R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas. In: M. Banton (org.), **Antropología de las sociedades complejas**. Madri, Ed: Alianza, 1980.

WACQUANT, Loic. J.D; CALHOUN, Craig Jackson. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 15, p.76-100, fev. 1991.

_____. Poder Simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos**. v. 96, 2013.

8 ANEXOS : Declaração de bens e valores:

. Deputado estadual João Reinelli:

| Descrição | Valor do Bem |
|----------------------------------|-----------------------|
| 33% APARTAMENTO 3 | R\$ 50.000,00 |
| AÇÕES DA OI | R\$ 6.500,00 |
| 33% APARTAMENTO 2 | R\$ 27.000,00 |
| 33% DE APARTAMENTO | R\$ 30.000,00 |
| 54 AÇÕES OGX PETROLEO | R\$ 26.000,00 |
| 50% DE UM BAR E RESTAURANTE | R\$ 30.000,00 |
| CARRO, AMAROK | R\$ 85.000,00 |
| 100 AÇÕES DA GERDAU | R\$ 2.019,00 |
| 200 AÇÕES PETROBRAS | R\$ 6.510,00 |
| 500 AÇÕES PETROBRAS | R\$ 14.255,00 |
| SALDO EM MOEDA CORRENTE NACIONAL | R\$ 60.000,00 |
| 100 AÇÕES VALE PNA, CÓDIGO VALE5 | R\$ 9.374,00 |
| Total | R\$ 346.658,00 |

. Deputado estadual Sérgio Turra

| Descrição | Valor do Bem |
|---|----------------|
| 50% SALA COMERCIAL - MARAU/RS | R\$ 6.636,20 |
| RENDA FIXA BRADESCO | R\$ 160.000,00 |
| BRADESCO | R\$ 15.595,01 |
| PARA GIULIANO BABOSA BORIULE - CPF 699.143.540-68 | R\$ 90.000,00 |
| APTO 502 - PORTO ALEGRE-RS | R\$ 849.145,25 |
| LOTE 360 M2 - MARAU/RS | R\$ 3.000,00 |
| 50% - PORTO ALEGRE/RS | R\$ 3.000,00 |
| 50% SALA COMERCIAL - MARAU/RS | R\$ 7.500,00 |
| VEICULO NOVO MARCA KIA MOTORS - CNPJ 73.695.397/0001-57 | R\$ 101.068,15 |
| VAGA GARAGEM - EDIFICIO PERSONALITE - PORTO ALEGRE/RS | R\$ 30.000,00 |
| FUNDO INVESTIMENTO BRADESCO | R\$ 292.588,47 |
| 10.000 COTAS 0 04.517.057/0001-13 | R\$ 10.000,00 |
| TERRA 250,00M2 - CHAPADA GUIMARÃES-MT | R\$ 17.604,16 |
| BOX 04 - MARAU-RS | R\$ 6.007,54 |
| CONJUNTO COMERCIAL - MARAU/RS | R\$ 34.042,13 |

| | |
|---|-------------------------|
| GOL 2013 | R\$ 33.900,00 |
| LOTE 375M2 - SELBACH/RS | R\$ 1.760,00 |
| 360 M2 - MARAU/RS | R\$ 3.500,00 |
| 50% DE UM CONJUNTO - PORTO ALEGRE/RS | R\$ 40.000,00 |
| 50% 467,00 0 MARAU-RS | R\$ 17.604,16 |
| AREA 525M2 | R\$ 1.173,60 |
| 50% CONJUNTO - MARAU | R\$ 210.001,00 |
| CARRO IX 35 2.0 - 2012 | R\$ 103.449,00 |
| CONTA CORRENTE BANRISUL | R\$ 4.114,83 |
| SALDO POUPANÇA BANRISUL | R\$ 111,97 |
| LOTE URBANO - 375 M2 - CNPJ 02.785.420/0001-56 | R\$ 1.760,00 |
| ESPOSA MANOELLE POSSER TURRA | R\$ 1.140,00 |
| COROLA FLEX 1.8 ANO 2008-09 | R\$ 83.200,00 |
| VAGA GARAGEM - PORTO ALEGRE/RS | R\$ 18.000,00 |
| BRADESCO APLICADO - EM NOME ESPOSA MARIA MANOELE POSSER TURRA | R\$ 63.562,09 |
| 408 M2 MARAU/RS | R\$ 2.500,00 |
| 640M2 - MARAU/RS | R\$ 4.500,00 |
| 186,400M2 - MARAU-RS | R\$ 25.000,00 |
| APTO 303 - EDIFICIO TREND OFFICES | R\$ 82.356,14 |
| 343,76M2 - SELBACH-RS | R\$ 1.615,00 |
| CPF 005.237.450-52 | R\$ 130.000,00 |
| VALOR APLICADO BRAD PRIME FIC BRADESCO - PORTO ALEGRE- RS | R\$ 50.915,32 |
| 504 M2 - MARAU/RS | R\$ 2.500,00 |
| CONTA CORRENTE 67.512-1 BRADESCO | R\$ 3.650,65 |
| LOTE 542,41 M2 - SELBACH/RS | R\$ 2.540,00 |
| 360M2 - MARAU/RS | R\$ 3.000,00 |
| 360M2 - MARAU/RS | R\$ 3.000,00 |
| 600M2 - MARAU RS | R\$ 4.000,00 |
| 675 M2 - MARAU/RS | R\$ 5.000,00 |
| LOTE 344,78 M2 - SELBACH/RS | R\$ 1.615,00 |
| 360 M2 - MARAU/RS | R\$ 3.000,00 |
| 432 M2 - MARAU-RS | R\$ 2.500,00 |
| 675M2 - MARAU/RS | R\$ 5.000,00 |
| 1/4 PARTE UM APTO - CANELA/RS | R\$ 20.000,00 |
| 50% COM AREA 814,61 HA | R\$ 10.000,00 |
| 1.500 COTAS - FIRMA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL CONSTITUIDA 05/1998 | R\$ 2.500,00 |
| Total | R\$ 2.574.655,68 |

. Deputado estadual Edegar Preto:

| Descrição | Valor do Bem |
|--|-----------------------|
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL - FI - FUNDO DE INVESTIMENTOS - 6800 | R\$ 4.760,12 |
| COOPERATIVA DE CREDITO RURAL HORIZONTES NOVOS DE NOVO SARANDI CNPJ N° 01.869.822/0001-76 - APLICACOES DE RENDA FIXA. | R\$ 48.985,00 |
| 50% DO APTO NA TORRE A DO COND. A SER DENOMINADO DE ROSSI ARTE PARQUE, SITO NO LOTEAMENTO JARDIM GUANABARRA, BAIRRO VILA BOM JESUS COM ENTRADA DE R\$ 10.398,00, R\$ 11.000,00 COM PARC. DE R\$ 1.000,00 | R\$ 65.542,14 |
| BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - CONTAS DE POUPANCA | R\$ 51,35 |
| APTO COM AREA REAL PRIV. DE 90,51 M² E BOX COM AREA REAL PRIV. DE 21,16 M² LOCALIZADO NA RUA WASHINGTON LUIZ, 238 EM POA ADQ. DE DHZ CONST.LTDA, PAGOS R\$ 96.040,00 E SENDO R\$ 80.000,00 FINAN. PELA CEF | R\$ 177.165,16 |
| BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A - SALDO EM CONTA CORRENTE | R\$ 5.055,31 |
| COOPERATIVA DE CREDITO RURAL HORIZONTES NOVOS DE NOVO SARANDI CNPJ N° 01.869.822/0001-76 - SALDO CAPITAL | R\$ 290,00 |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. 0431-6 CONTA CORRENTE N° 001 00019148-7 | R\$ 50,00 |
| CAMIONETA KIA SORENTO-S25312 ANO 2011 MODELO 2012 COM ENTRADA DE R\$ 43.427,40 E MAIS 48 PARCELAS DE R\$ 1.682,00 FINANC. POR BANCO BRADESCO FINANC. S/A. | R\$ 88.841,40 |
| Total | R\$ 390.740,48 |